DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, terça-feira, 3 de agosto de 1976 — ANO I - Nº. 34

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 3.337 DE 30 DE JULHO DE 1976

Abre crédito suplementar no valor de Cr$952.463,00 (novecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e tres cruzeiros) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 7º, da Lei nº 6.280, de 09 de dezembro de 1975, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, e tendo em vista o que consta no processo nº 056 858/76.

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica aberto à Secretaria de Finanças, o credito suplementar no valor de Cr$952.463,00 (Novecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e tres cruzeiros), na seguinte dotação orçamentaria:

3.0.0.0.- DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0.- DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.5.0- Despesas de Exercicios Anteriores 952.463,00

Art. 2º - O credito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43 Parágrafo 1º, Item III da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, pela anulação parcial, em igual valor, da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria do Governo:

3.0.0.0.- DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0.- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
3.2.6.0- Reserva de Contingência 952.463,00

Art. 3º- O valor de que trata o presente Decreto integrará a Função 03- Administração e Planejamento, Programa 08- Administração Financeira, Subprograma 021- Administração Geral, Atividade 2 039- Administração e Controle Fazendario e será deduzido da Atividade 9 999- RESERVA DE CONTINGENCIA.

Art. 4º- Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa relativa ao 3º trimestre, das atividades mencionadas no artigo anterior.
Art. 5º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Distrito Federal, 30 de julho de 1976

88º da Republica e 17º de Brasilia.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBA VALENTE

DECRETO Nº 3.338 DE 30 DE JULHO DE 1976

Aprova o Regimento do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1 960, combinado com o artigo 35, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1 964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Regimento do Conselho Penitenciário do Distrito Federal que, assinado pelo respectivo Presidente, a este acompanha.

Art. 2º - Ficam criadas no Conselho Penitenciário do Distrito Federal as Funções em Comissão relacionadas no Anexo I, deste Decreto.

Art. 3º - A distribuição das Funções em Comissão pelas unidades orgânicas do Conselho Penitenciário, é a constante do Anexo II, do presente Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Conselho Penitenciário.

Art. 5º - Fica o Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal responsável pelo acompanhamento e o controle da execução do Regimento aprovado por este Decreto.

Art. 6º - O presente Decreto integra o Livro II, da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 3º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1 971.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília-DF, 30 de julho de 1 976
88º da República e 17º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

AIMÉ ALCIBÍADES DA SILVEIRA LAMAISON

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

- As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.
- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti- 6º andar

Telefones: Direto 25-7803- PABX 25-6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Semestre ..... Cr$ 70,00
Ano ..... Cr$ 140,00

FUNCIONÁRIOS

Semestre ..... Cr$ 55,00
Ano ..... Cr$ 110,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel tamanho ofício, em espaço dois, sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nitida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

— (Decreto Nº 3.282 de 15-06-76) —

DECRETO Nº 3.338 DE 30 DE JULHO DE 1 976

ANEXO I

QUADRO DE CRIAÇÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	QUANTIDADE	REQUISITO PARA PROVIMENTO
Secretário Executivo	FC-1	1	Nível Superior
Diretor da Divisão de Assuntos Técnico-Penitenciários	FC-2	1	
Diretor da Divisão de Administração Geral	FC-2	1	
Assistente Administrativo	FC-4	1	
Assistente Jurídico	FC-4	1	Advogado
Chefe da Seção de Instrução de Processos e Registro Criminal	FC-6	1	
Chefe da Seção de Atendimento e Controle de Liberados Condicionais, Egressos e Vítimas	FC-6	1	
Chefe da Seção de Legislação e Jurisprudência	FC-6	1	
Chefe da Seção de Pessoal e Finanças	FC-7	1	
Chefe da Seção de Material e Transportes	FC-7	1	
Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa	FC-7	1	
Secretário-Datilógrafo	FC-8	1	
		12	

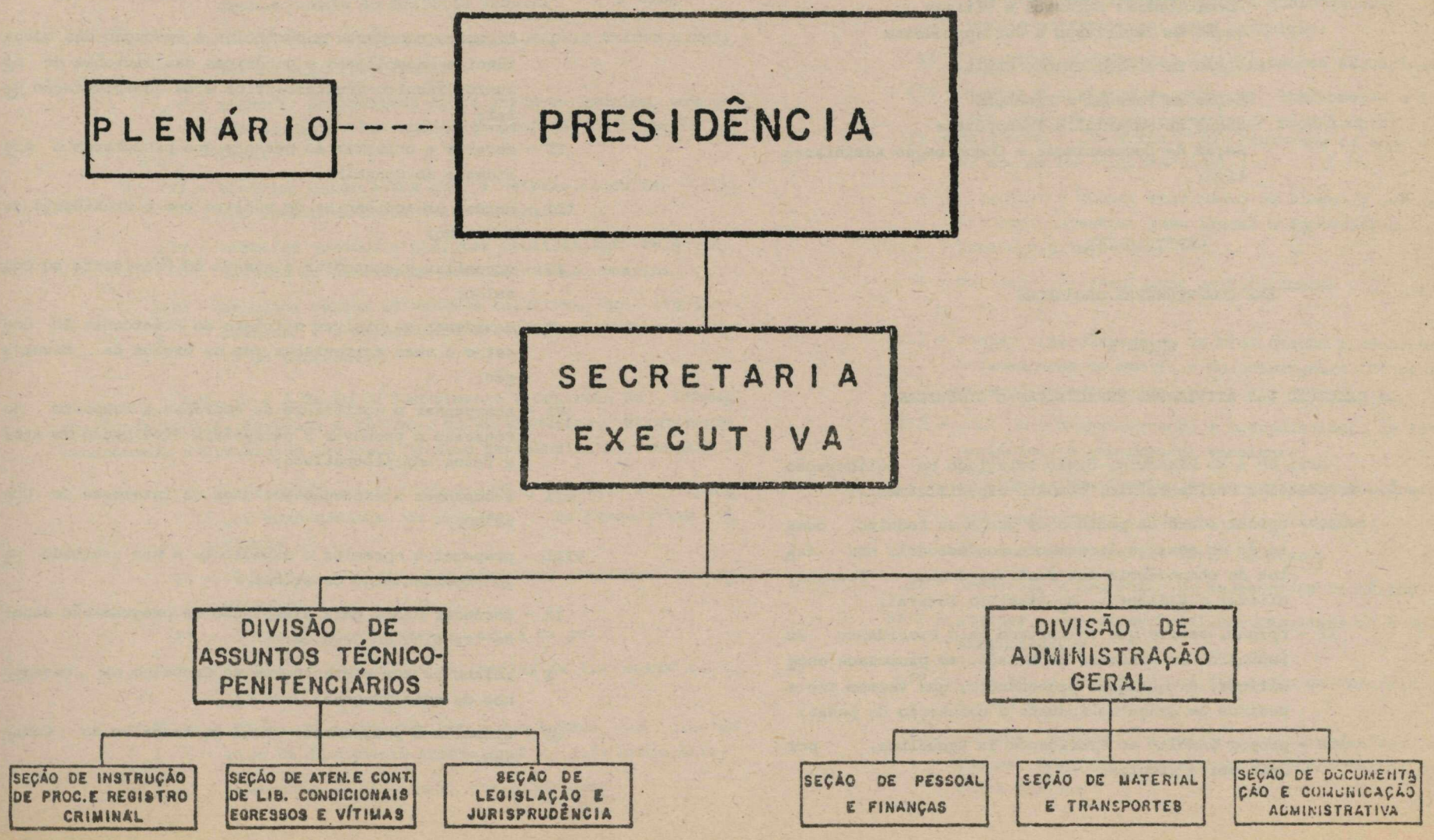
DECRETO Nº 3.338 DE 30 DE JULHO DE 1 976

ANEXO II

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ÓRGÃO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	SÍMBOLO OU CÓDIGO
SECRETARIA EXECUTIVA	Secretário Executivo	1	FC-1
	Assistente Administrativo	1	FC-4
	Assistente Jurídico	1	FC-4
	Secretário Datilógrafo	1	FC-8
DIVISÃO DE ASSUNTOS TÉCNICO-PENITENCIÁRIOS	Diretor da Divisão de Assuntos Técnico-Penitenciários	1	FC-2
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROCESSOS E REGISTRO CRIMINAL	Chefe da Seção de Instrução de Processos e Registro Criminal	1	FC-6
SEÇÃO DE ATENDIMENTO E CONTROLE DE LIBERADOS CONDICIONAIS, EGRESSOS E VÍTIMAS	Chefe da Seção de Atendimento e Controle de Liberados Condicionais, Egressos e Vítimas	1	FC-6
SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA	Chefe da Seção de Legislação e Jurisprudência	1	FC-6
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	Diretor da Divisão de Administração Geral	1	FC-2
SEÇÃO DE PESSOAL E FINANÇAS	Chefe da Seção de Pessoal e Finanças	1	FC-7
SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTES	Chefe da Seção de Material e Transportes	1	FC-7
SEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA	Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa	1	FC-7
		12	

ORGANOGRAMA DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL



REGIMENTO DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E DA COMPOSIÇÃO

Art. 1º - O Conselho Penitenciário do Distrito Federal CPDF, órgão de deliberação coletiva de 1º grau, diretamente vinculado ao Governador, tem por finalidade velar pela observância das normas do regime penitenciário no Distrito Federal.

Art. 2º - O Conselho Penitenciário, na sua composição plenária, se constitui de 7 (sete) membros designados pelo Governador na forma da legislação pertinente.

Art. 3º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Penitenciário serão escolhidos e designados na forma regulada pelo artigo 3º e seus §§ e artigo 4º, do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1 975.

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 4º - Ao Conselho Penitenciário do Distrito Federal compete, basicamente, a execução das atividades relacionadas no artigo 2º, do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1 975.

Art. 5º - Para execução de suas atividades específicas e cumprimento setorial de atividades de administração geral, o Conselho Penitenciário tem a seguinte estrutura administrativa:

PLENÁRIO

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DIVISÃO DE ASSUNTOS TÉCNICO-PENITENCIÁRIOS

Seção de Instrução de Processos e Registro Criminal
Seção de Atendimento e Controle de Liberados Condicionais, Egressos e Vítimas
Seção de Legislação e Jurisprudência

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Seção de Pessoal e Finanças
Seção de Material e Transportes
Seção de Documentação e Comunicação Administrativa.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS ORGÂNICAS

SEÇÃO I

DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS E GENÉRICAS

Art. 6º - Ao Plenário, órgão colegiado de deliberação coletiva do Conselho Penitenciário, compete especificamente:

I - opinar sobre os pedidos de graça ou indulto, comutação de penas e livramento condicional, nos feitos de competência das Justiças Comum, Federal, Militar e Eleitoral, no Distrito Federal;

II - opinar, sempre que solicitado pelo Presidente da República ou Ministro de Estado, em processos específicos, de qualquer procedência, que versem sobre pedidos de graça ou indulto e comutação de penas;

III - propor indulto ao Presidente da República, por iniciativa própria;

IV - promover. de ofício, o processamento do indulto concedido aos sentenciados;

V - propor à autoridade judiciária competente, por iniciativa própria, o livramento condicional de sentenciados que preencham as condições legais;

VI - representar ao juiz competente para o efeito de revogar-se o livramento condicional;

VII - representar ao juiz competente para modificar as normas de conduta impostas nas sentenças;

VIII - verificar se as condições impostas pelas autoridades judiciárias, ao liberado condicional e aos egressos, estão sendo regularmente observadas;

IX - requerer à autoridade judiciária competente a extinção da pena privativa de liberdade, expirado o prazo do livramento condicional sem revogação, ou, se praticada nova infração, for o liberado absolvido por sentença irrecorrível;

X - representar à autoridade competente sobre irregularidades verificadas nos estabelecimentos prisionais sediados no Distrito Federal, propondo, de imediato, as medidas adequadas;

XI - promover a declaração de extinção da pena, junto à autoridade judiciária competente, após a concessão de anistia;

XII - opinar sobre a entrega de auxílios, concedidos pelo Governo do Distrito Federal e, quando solicitado, pelo Governo da União, a entidades assistenciais relacionadas, direta ou indiretamente, com o sistema penitenciário;

XIII - colaborar com os órgãos encarregados da formulação da política penitenciária e da execução das atividades do sistema penitenciário;

XIV - baixar Resoluções e outros atos normativos de sua competência;

XV - executar outras atividades que lhe sejam cometidas por lei, regulamento ou Regimento.

Art. 7º - À Presidencia compete a supervisão, coordenação e controle da execução das atividades do Conselho Penitenciário em seu mais alto nível.

Art. 8º - À Secretaria Executiva do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, diretamente subordinada ao Presidente, compete :

I - dirigir, coordenar e controlar a execução das competências específicas e genéricas das Divisões de Assuntos Técnico-Penitenciários e de Administração Geral;

II - receber e orientar as pessoas que procurarem o Presidente do Conselho;

III - marcar as audiências do público com o Presidente do Conselho;

IV - organizar e controlar a agenda do Presidente do Conselho;

V - coordenar as visitas oficiais do Presidente do Conselho e suas entrevistas com os órgãos de divulgação;

VI - acompanhar o noticiário da imprensa a respeito do Conselho e promover a necessária divulgação dos atos e fatos administrativos;

VII - acompanhar a execução dos atos de interesse do Conselho;

VIII - preparar e apreciar o expediente a ser assinado pelo Presidente do Conselho;

IX - fornecer dados para elaboração da programação anual de trabalho do Governo;

X - colaborar com o Presidente do Conselho no desempenho de suas funções;

XI - elaborar a programação anual de trabalho do Conselho.

Art. 9º - À Divisão de Assuntos Técnico-Penitenciários, órgão diretivo, diretamente subordinada ao Secretário Executivo, compete :

I - coordenar e controlar a execução das competências específicas e genéricas das Seções de Instrução de Processos e Registro Criminal, de Atendimento e Controle de Liberados Condicionais, Egressos e Vítimas, e de Legislação e Jurisprudência;

II - coordenar e controlar a execução de programas de assistência aos detentos, egressos e vítimas e os de suas famílias;

III - coordenar e controlar a execução das atividades de administração do patronato oficial e dos patronatos particulares;

IV - elaborar e propor a programação anual de trabalho dos órgãos que lhe são diretamente subordinados;

V - promover a execução dos trabalhos datilográficos de atos, pareceres, decisões e resoluções do Plenário.

Art. 10 - À Seção de Instrução de Processos e Registro Criminal, órgão executivo, diretamente subordinada a Divisão de Assuntos Técnico-Penitenciários, compete :

I - receber, examinar e instruir os pedidos de graça, indulto, comutação de penas e livramento condicional;

II - fazer as diligências necessárias para a instrução dos processos específicos em andamento no Conselho;

III - registrar a distribuição dos processos aos membros do Conselho e sua devolução;

IV - comunicar o esgotamento do prazo regimental para relatar processos;

V - sugerir a realização de diligências necessárias à instrução dos processos, fora do âmbito do Conselho

VI - executar outras atividades específicas relacionadas com a instrução dos processos de graça, indulto, comutação de pena e livramento condicional;

VII - registrar a natureza dos delitos praticados pelos sentenciados no Distrito Federal;

VIII - registrar o sexo, idade, naturalidade e nacionalidade dos sentenciados cumprindo pena nos estabelecimentos penais do Distrito Federal;

IX - classificar e catalogar os principais crimes cometidos no Distrito Federal;

X - elaborar estatística sobre graça ou indulto, comutação de pena e livramento condicional no Distrito Federal;

XI - elaborar estatística dos principais tipos de delitos cometidos no Distrito Federal;

XII - elaborar quadros e gráficos estatísticos relacionados com as atividades específicas do Conselho;

XIII - executar outras atividades relativas ao registro criminal e à estatística necessárias ao funcionamento do Conselho.

Art. 11 - À Seção de Atendimento e Controle de Liberados Condicionais, Egressos e Vítimas, órgão executivo, diretamente subordinada à Divisão de Assuntos Técnico Penitenciários, compete :

I - registrar e manter atualizado o cadastro de liberados condicionais, de egressos e das respectivas vítimas;

II - registrar o término das penas dos liberados condicionais;

III - processar e arquivar as cartas de guia;

IV - lavrar os termos das cerimonias de livramento condicional;

V - extrair e encaminhar cópia dos termos das cerimonias de livramento condicional ao Juíz competente;

VI - preencher as cadernetas dos liberados;

VII - exercer vigilância sobre os liberados, diretamente, ou através de patronatos, na forma da legislação em vigor;

VIII - prestar assistência aos detentos, egressos e suas famílias, bem como às vítimas e suas famílias;

IX - executar outras atividades específicas relacionadas com o atendimento e controle de liberados condicionais, egressos e vítimas.

Art. 12 - À Seção de Legislação e Jurisprudência, órgão executivo, diretamente subordinada à Divisão de Assuntos Técnico-Penitenciários e vinculada para fins de orientação normativa e controle técnico ao órgão central do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, compete a execução das seguintes atividades de Administração Geral :

a) Relativamente à Legislação e Jurisprudência :

I - organizar e manter atualizado fichário de leis, decretos, regulamentos, regimentos, circulares, portarias, ordens e instruções de serviço;

II - organizar e manter atualizado fichário das decisões do Conselho, bem assim dos Tribunais Superiores, em matéria penitenciária;

III - organizar e manter atualizado fichário de condenações dos detentos do Distrito Federal;

IV - registrar a jurisprudência existente ou que vier a ser fixada sobre assuntos penitenciários;

V - atender aos pedidos de informação sobre leis, decretos, regulamentos, regimentos, circulares, portarias, ordens e instruções de serviço e jurisprudência.

b) Relativamente à Publicação :

I - preparar a matéria para publicação da "Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal";

II - promover a impressão da Revista do Conselho;

III - controlar e fiscalizar a qualidade de impressão da Revista do Conselho ou providenciar a sua reimpressão, em caso de falhas ou defeitos verificados;

IV - promover a distribuição da Revista do Conselho;

c) Relativamente à Biblioteca :

I - pesquisar e selecionar livros, periódicos e documentos gráficos, reprográficos e audiovisuais nacionais e estrangeiros, para aquisição;

II - registrar e controlar as publicações adquiridas;

III - manter o registro de editores, impressores e livreiros para efeito de controle de recebimento;

IV - catalogar e classificar os documentos de acordo com as normas de biblioteconomia;

V - organizar e manter atualizado catálogo de autores, títulos, assuntos, identidades e topográficos do acervo bibliográfico;

VI - catalogar e classificar analiticamente os periódicos;

VII - manter intercâmbio com as bibliotecas e centros de documentação do Brasil e do estrangeiro, no sentido de ampliar suas seleções;

VIII - solicitar a encadernação e reencadernação de livros, periódicos e publicações técnicas;

IX - selecionar publicações para permutas e doações;

X - executar permuta e doações de publicações;

XI - executar o inventário anual do acervo;

XII - organizar e controlar os respectivos fichários;

XIII - atender a consultas, realizar pesquisas e compilar bibliografias;

XIV - orientar o leitor no uso das obras de referência do acervo e dos catálogos;

XV - atender, registrar e controlar os empréstimos, devoluções, reservas e outras solicitações feitas pelos funcionários;

XVI - anotar as faltas existentes nas coleções de livros e periódicos e propor as aquisições necessárias;

XVII - divulgar listas e bibliografias do acervo bibliográfico;

XVIII - promover a desinfecção de documentos.

SEÇÃO II

DA EXECUÇÃO SETORIAL DE ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 13 - À Divisão de Administração Geral, órgão diretivo coordenador da execução setorial de atividades de administração geral, diretamente subordinada ao Secretário Executivo, compete:

I - coordenar e controlar a execução das competências específicas e genéricas das Seções de Pessoal e Finanças, de Material e Transportes e de Documentação e Comunicação Administrativa;

II - elaborar e propor a programação anual de trabalho dos órgãos que lhe são diretamente subordinados.

Art. 14 - À Seção de Pessoal e Finanças, órgão executivo, diretamente subordinada à Divisão de Administração Geral, e vinculada para fins de orientação normativa e controle técnico aos órgãos centrais dos Sistemas de Pessoal, Orçamento, Despesa e Contabilidade, compete a execução das seguintes atividades de Administração Geral :

a) Relativamente a Pessoal :

I - manter registro individual da vida funcional e financeira do pessoal do Conselho;

II - registrar e controlar a lotação dos funcionários;

III - controlar o cumprimento do horário de trabalho e apurar a frequência do pessoal do Conselho;

IV - apurar a frequência dos Conselheiros;

V - registrar pagamento de pessoal do Conselho;

VI - expedir declarações funcionais e preencher propostas para empréstimos em consignações;

VII - instruir pedidos de remoção e controlar os afastamentos de servidores;

VIII - conceder, cancelar ou restabelecer salário-família;

IX - conceder licença para tratamento de saúde do funcionário ou por motivo de doença em pessoa da família, licença à gestante e justificar faltas por motivo de gala ou nojo;

X - conceder licença sem vencimento, para prestar serviço militar;

XI - relevar faltas de funcionários, na forma da legislação vigente;

XII - expedir guias para exames médicos;

XIII - apurar acidentes em serviço;

XIV - registrar gozo de férias do pessoal do Conselho e controlar sua acumulação;

XV - elaborar e controlar a escala de férias do pessoal do Conselho.

b) Relativamente a Orçamento :

I - preparar a proposta orçamentária e o orçamento analítico do Conselho;

II - providenciar os pedidos de créditos suplementares do Conselho;

III - registrar e controlar as dotações orçamentárias e os créditos adicionais;

IV - movimentar os créditos orçamentários centralizados no Conselho.

c) Relativamente à Despesa :

I - emitir notas de empenho e promover sua anulação ou retificação;

II - registrar as notas de empenho anuladas ou retificadas;

III - controlar a realização das despesas à conta dos empenhos globais ou por estimativa;

IV - instruir processos de liquidação de despesas;

V - arquivar as publicações de contratos e convênios de interesse do Conselho.

d) Relativamente à Contabilidade :

I - elaborar balancetes das despesas pagas diretamente pelo Conselho;

II - fornecer dados para elaboração de balancetes e balanços em geral;

III - controlar o cumprimento de normas sobre prestação de contas de responsáveis por adiantamentos;

IV - encaminhar aos órgãos centrais dos Sistemas de Pessoal, Orçamento, Despesa e Contabilidade os dados por eles exigidos;

V - cumprir e fazer cumprir as normas baixadas pelos órgãos centrais dos Sistemas de Pessoal, Orçamento Despesa e Contabilidade.

Art. 15 - À Seção de Material e Transportes, órgão executivo, diretamente subordinada à Divisão de Administração Geral, e vinculada para fins de orientação normativa e controle técnico aos órgãos centrais dos Sistemas de Material, Administração Patrimonial, Transportes Internos e Administração de Próprios, compete a execução das seguintes atividades de Administração Geral:

a) Relativamente a Material:

I - elaborar a previsão da necessidade de material;

II - emitir pedidos de aquisição de materiais e acompanhar o andamento dos processos de aquisição de interesse do Conselho;

III - promover o suprimento e o remanejamento dos estoques de material;

IV - emitir requisição, atestar o recebimento e registrar a movimentação de estoques de material;

V - inventariar material estocado;

VI - identificar material ocioso, obsoleto ou inservível;

VII - fiscalizar e controlar o consumo de material.

b) Relativamente a Patrimônio:

I - registrar ou fornecer dados para o registro de bens patrimoniais;

II - inventariar bens móveis e imóveis;

III - registrar a transferência de bens móveis e imóveis;

IV - controlar a guarda e a utilização adequada de bens móveis;

V - adotar providências visando a conservação e a recuperação de bens patrimoniais.

c) Relativamente a Transportes:

I - distribuir veículos destinados ao transporte do pessoal do Conselho;

II - controlar o recolhimento e comunicar as ocorrências com os veículos sob sua responsabilidade;

III - orientar e controlar a utilização de veículos, inclusive fora do horário normal de trabalho;

IV - controlar o abastecimento, a quilometragem, as trocas de óleo, as datas de lavagem, lubrificação e revisão periódica dos veículos do Conselho;

V - controlar o consumo de pneus e câmaras-de-ar nos veículos sob sua responsabilidade;

VI - promover a recuperação de veículos;

VII - emitir requisição de combustível e lubrificantes para os veículos do Conselho;

VIII - manter registro de condutores de veículos e das suas respectivas habilitações profissionais;

IX - controlar os prazos de validade dos documentos de habilitações profissionais dos condutores de veículos.

d) Relativamente à Administração de Próprios :

I - propor a localização de órgãos nas sedes;

II - controlar a utilização de imóveis e áreas por unidades orgânicas e servidores;

III - solicitar a confecção de placas indicadoras;

IV - fornecer dados para controle de prestação de serviços de água, energia e telefone;

V - solicitar a instalação de divisórias, equipamentos hidráulicos, elétricos e comunicadores;

VI - solicitar reparos em instalações, equipamentos hidráulicos, elétricos, comunicadores e dependências;

VII - fiscalizar o estado de conservação de máquinas, móveis, aparelhos e dependências;

VIII - promover a conservação de máquinas, móveis, aparelhos e dependências;

IX - informar a localização de unidades orgânicas,chefes e servidores;

X - controlar a entrada e saída de pessoas em locais de trabalho;

XI - fiscalizar o desligamento de equipamentos hidráulicos e elétricos;

XII - orientar a execução das atividades de conservação e limpeza de dependências e instalações;

XIII - fiscalizar as condições de limpeza das dependências e instalações;

XIV - encaminhar aos órgãos centrais dos Sistemas de Material, Administração Patrimonial, Transportes Internos e Administração de Próprios os dados por eles exigidos;

XV - cumprir e fazer cumprir as normas baixadas pelos órgãos centrais dos sistemas a que está vinculada.

Art. 16 - À Seção de Documentação e Comunicação Administrativa, órgão executivo, diretamente subordinada à Divisão de Administração Geral, e vinculada para fins de orientação normativa e controle técnico ao órgão central do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, compete a execução das seguintes atividades de Administração Geral :

a) Relativamente à Documentação :

I - manter acervo documental de interesse do Conselho;

II - guardar cópias de documentos e correspondências oficiais de interesse específico do Conselho;

III - prestar informações sobre atos oficiais de interesse do Conselho;

IV - extrair cópias de documentos e correspondências oficiais de interesse do órgão;

V - promover a eliminação ou arquivamento definitivo de documentos e processos;

VI - guardar documentos e processos de interesse temporário do Conselho;

VII - reproduzir ou promover a reprodução de documentos de interesse do Conselho;

VIII - elaborar montagem e acabamento do material reproduzido;

IX - operar os aparelhos eletrônicos e mecânicos, utilizados na reprografia;

X - executar ou promover a execução de serviço de encadernação;

XI - arquivar e manter os processos específicos do Conselho.

b) Relativamente à Comunicação :

I - autuar, receber e distribuir processos;

II - organizar e manter fichários dos processos autuados, ou em tramitação;

III - controlar a tramitação, e prestar informações relativas ao andamento e localização de processos;

IV - dar vista nos processos, quando autorizada;

V - atender à requisição de processos e documentos,sob sua guarda, quando autorizada;

VI - expedir a correspondencia oficial do Conselho;

VII - registrar e encaminhar à publicação despachos,decisões, resoluções e outros documentos de interesse do Conselho;

VIII - manter sigilo sobre atos oficiais e correspondência do Conselho;

IX - encaminhar ao órgão central do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa os dados por ele exigidos;

X - cumprir e fazer cumprir as normas baixadas pelo Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa.

SEÇÃO III

DA EXECUÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES GENÉRICAS

Art. 17 - A todos os órgãos do Conselho Penitenciário, compete genericamente :

I - executar serviços auxiliares necessários ao cumprimento de atividades próprias;

II - sugerir ou adotar medidas necessárias à melhoria da execução das respectivas atividades;

III - elaborar e propor, à unidade a que estiverem subordinados, a sua programação administrativa anual ou pluriannual;

IV - elaborar os atos relativos às suas respectivas competências;

V - manter documentos e material bibliográfico de utilização sistemática e permanente;

VI - manter e conservar o material permanente necessário aos seus serviços;

VII - promover o desenvolvimento dos seus recursos humanos.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Art. 18 - Ao Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I - dirigir o Conselho, presidir suas reuniões, propor as questões, colher os votos e proclamar os resultados;

II - despachar com o Governador;

III - representar o Conselho ou designar outro membro para fazê-lo;

IV - participar dos julgamentos e relatar os processos que avocar;

V - distribuir os processos e as consultas entre os Conselheiros;

VI - assinar, com o relator, as decisões do Conselho;

VII - convocar as sessões extraordinárias;

VIII - requisitar das autoridades competentes, sempre que necessários ao estudo e deliberação do Conselho , os autos dos processos-crime, bem como informações sobre a situação jurídica-carcerária de sentenciados recolhidos aos estabelecimentos prisionais, representando, quando não atendido;

IX - manter a ordem das sessões;

X - fixar prazo para relatar processos urgentes submetidos ao Conselho;

XI - designar Secretário "ad hoc" para as sessoes do Conselho;

XII - inspecionar os estabelecimentos prisionais sediados no Distrito Federal, com o objetivo de assegurar condições carcerárias compatíveis com a dignidade humana, sem prejuízo da atuação do Ministério Público e outras autoridades, ou designar dentre os Conselheiros, quem o represente;

XIII - receber cópia da carta de guia e seus aditamentos, determinando as providências que lhe são pertinentes;

XIV - presidir, na forma da legislação vigente, a cerimonia do livramento condicional ou designar representante;

XV - abrir, rubricar e encerrar o livro de atas das sessões do Conselho;

XVI - designar, sem ônus para o Conselho, dentre os Conselheiros ou pessoas versadas em assuntos penitenciários, o Diretor da " Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal";

XVII - baixar portarias, e demais atos administrativos de caráter normativo, decisório ou executório;

XVIII - propor ao Governador do Distrito Federal, para designação, os funcionários que deverão ocupar as funções em comissão do Conselho;

XIX - determinar a abertura de inquéritos administrativos e designar as respectivas comissões;

XX - designar representante junto à comunidade setorial de informações, na forma da legislação pertinente;

XXI - elogiar, impor penas disciplinares e aprovar a escala de férias dos funcionários do Conselho;

XXII - justificar, ou não, as ausências dos titulares de cargos e funções que lhe forem diretamente subordinados;

XXIII - preencher os boletins de merecimento dos funcionários que lhe forem diretamente subordinados;

XXIV - autorizar viagens, a serviço, dos Conselheiros e do pessoal do Conselho;

XXV - decidir, em grau de recurso, sobre atos e despachos de autoridades subordinadas;

XXVI - autorizar despesas;

XXVII - delegar atribuições, na forma da legislação pertinente;

XXVIII - apresentar ao Governador do Distrito Federal, relatório circunstanciado das atividades do Conselho bem como o mapa estatístico das decisões;

XXIX - executar e fazer executar este Regimento e as decisões do Conselho;

XXX - exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei, regulamento ou ato emanado de autoridade competente.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DEMAIS CONSELHEIROS

Art. 19 - Aos demais Conselheiros cabe desempenhar as seguintes atribuições :

I - comparecer as reuniões ;

II - relatar e votar os autos que lhes forem distribuídos;

III - devolver os autos que não estiverem suficientemente instruídos, especificando as deligências;

IV - pedir vista dos autos e proferir, por escrito, seu voto, quando vencidos;

V - visitar, quando designado pelo Presidente ou pelo Conselho, os estabelecimentos prisionais e comunicar o resultado das inspeçoes para as providências cabíveis;

VI - representar o Conselho em atos oficiais, congressos, conferências e reuniões, quando designados pelo Presidente;

VII - exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por lei, regulamento ou outro ato emanado de autoridade competente;

VIII - cumprir e fazer cumprir este Regimento e as decisões do Conselho.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES EM COMISSÃO DE DIREÇÃO E CHEFIA

Art. 20 - Ao Secretário Executivo cabe desempenhar as seguintes atribuições :

I - prestar assessoramento ao Presidente do Conselho;

II - secretariar as sessões do Conselho e lavrar as respectivas atas;

III - organizar a pauta de audiências e despachos do Presidente do Conselho;

IV - transmitir e acompanhar a execução de ordens e instruções do Presidente, pelos órgãos do Conselho;

V - receber e encaminhar pessoas ao Presidente do Conselho;

VI - coordenar a execução das atividades específicas, genéricas e de Administração Geral do Conselho;

VII - despachar com o Presidente do Conselho;

VIII - propor a designação ou dispensa dos ocupantes de funções em comissão que lhe são diretamente subordinados;

IX - propor a instauração de processos administrativos;

X - proferir despachos em processos de sua competência;

XI - delegar atribuições na forma da legislação pertinente

XII - elaborar ou coordenar a elaboração de relatórios das atividades do Conselho.

Art. 21 - Aos Diretores das Divisões de Assuntos Técnico-Penitenciários e de Administração Geral cabe desempenhar as seguintes atribuições genéricas :

I - coordenar e controlar a execução das atividades dos órgãos que lhes são diretamente subordinados;

II - despachar com o Secretário Executivo do Conselho;

III - propor a designação ou dispensa dos ocupantes de funções em comissão que lhe são diretamente subordinados;

IV - propor a instauração de processos administrativos;

V - proferir despachos em processos de sua competência;

VI - elaborar relatórios de suas atividades.

Art. 22 - Ao Diretor da Divisão de Administração Geral cabe, ainda, desempenhar as seguintes atribuições :

I - assinar notas de empenho emitidas pelo Conselho , bem como suas retificações ou cancelamentos;

II - visar os balancetes elaborados pelo órgão próprio do Conselho.

Art. 23 - A todos os ocupantes de funções de direção e chefia cabe desempenhar as seguintes atribuições genéricas:

I - distribuir e controlar os serviços do respectivo órgão;

II - proferir despachos interlocutórios ou decisórios , de acordo com as competências do respectivo órgão;

III - orientar os subordinados no cumprimento de suas tarefas;

IV - assinar o expediente e demais atos relativos às atividades do respectivo órgão;

V - zelar pelo regime disciplinar e adotar as providências legais ou regulamentares, nos casos de indisciplina ou omissão;

VI - zelar pela conservação e adequada utilização do material permanente e equipamentos;

VII - fiscalizar o uso do material de consumo;

VIII - programar as atividades do respectivo órgão, de acordo com suas competências regimentais;

IX - adotar ou sugerir a adoção de medidas no sentido de melhorar a execução dos serviços;

X - sugerir a assinatura de acordos, contratos e convênios;

XI - aprovar ou alterar a escala de férias dos servidores que lhe são subordinados e sua acumulação;

XII - elaborar relatórios de suas atividades.

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DAS DEMAIS FUNÇÕES EM COMISSÃO

Art. 24 - Ao Assistente Administrativo, incumbe :

I - assistir ao Presidente do Conselho em assuntos de natureza técnica;

II - auxiliar o Secretário Executivo na execução das atividades da Secretaria;

III - elaborar ou rever minuta de atos de interesse do Conselho;

IV - emitir pareceres sobre matéria técnica ou administrativa do órgão;

V - analisar informações e dados de interesse da Secretaria Executiva;

VI - representar o superior hierárquico, quando designado;

VII - realizar estudos técnicos de interesse da Secretaria Executiva ou do Conselho;

VIII - assistir o chefe imediato em assuntos administrativos;

IX - realizar levantamento e análise de dados necessários a execução das atividades do Conselho;

X - transmitir, acompanhar e orientar o cumprimento de instruções emanadas do Secretário Executivo;

XI - executar outras tarefas que lhe forem cometidas.

Art. 25 - Ao Assistente Jurídico cabe desempenhar as seguintes atribuições :

I - assistir ao Presidente do Conselho em assuntos jurídicos;

II - assessorar os Conselheiros em assuntos de natureza jurídica;

III - elaborar e rever minutas de atos de interesse do Conselho;

IV - emitir parecer jurídico sobre matéria de competência do órgão;

V - realizar estudos jurídicos relativos ao regime penitenciário;

VI - executar outras atribuições determinadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 26 - Ao Secretário Datilógrafo cabe desempenhar as seguintes atribuições :

I - minutar ofícios, memorandos, cartas e telegramas;

II - efetuar os trabalhos datilográficos necessários à Presidência do Conselho;

III - datilografar a agenda do Presidente do Conselho;

IV - efetuar contatos telefônicos para o Presidente do Conselho;

V - executar outros trabalhos datilográficos solicitados pelo Presidente ou pelo Secretário Executivo.

CAPÍTULO V

DAS SUBSTITUIÇÕES AUTOMÁTICAS

Art. 27 - Serão substituidos automaticamente, em seus impedimentos legais ou eventuais, na forma regulamentada pelo Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1 975, os titulares das funções a seguir relacionadas :

I - o Presidente do Conselho pelo Conselheiro mais antigo, segundo a ordem da posse, ou pelo mais idoso, entre os de posse na mesma data;

II - o Conselheiro pelo seu respectivo suplente;

III - o Secretário Executivo, pelo Assistente Administrativo;

IV - o Diretor da Divisão de Assuntos Técnico- Penitenciários, pelo Chefe da Seção de Legislação e Jurisprudência;

V - o Diretor da Divisão de Administração Geral, pelo Chefe da Seção de Pessoal e Finanças.

Parágrafo Único - Em caso de vacância o suplente sucederá, automaticamente, ao Conselheiro, designando-se novo suplente.

Art. 28 - Os ocupantes de funções em comissão do Conselho Penitenciário, não abrangidos pelo artigo anterior, em seus impedimentos legais ou eventuais, terão substitutos designados por ato do Presidente do Conselho, observado o disposto no Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1 975.

TÍTULO II

DAS NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

CAPÍTULO I

DA ORDEM DOS PROCEDIMENTOS NO CONSELHO

Art. 29 - Os procedimentos do Conselho terão a denominação genérica de "Protocolo" e serão classificados por assunto.

Art. 30 - Os requerimentos encaminhados ao Conselho serão autuados no mesmo dia do seu recebimento, cabendo à Secretaria Executiva requisitar às autoridades ou órgãos competentes as peças necessárias à sua instrução.

Art. 31 - Cumpridas as diligências necessárias, serão, o protocolo e demais peças, encaminhados à Secretaria Executiva, para o fim de distribuição em sessão plenária.

Art. 32 - A distribuição será feita pelo Presidente, em sessão, mediante sorteio.

Parágrafo Único - Nos casos de impedimentos ou suspeição o protocolo será redistribuido a outro Conselheiro, mediante ulterior compensação.

Art. 33 - Haverá na Secretaria Executiva um livro próprio para o registro da distribuição dos protocolos, onde serão inscritas, também, as cargas e descargas de autos entregues aos Conselheiros.

Art. 34 - O Conselheiro terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar seu relatório e voto, contados da efetiva data da carga no livro próprio.

§ 1º - Nos casos de urgência, o prazo de que trata este artigo, será fixado pelo Presidente do Conselho.

§ 2º - Havendo solicitado diligência complementar, o prazo para apresentar relatório e voto ficará suspenso pelo tempo do cumprimento da medida.

§ 3º - Havendo motivo justificado e a critério do Presidente, o relator poderá pedir prorrogação do prazo.

Art. 35 - O relatório e voto deverão ser apresentados por escrito, com ementa, que conterá obrigatoriamente :

I - número do protocolo, sua classe e número de ordem;

II - indicação da natureza do instituto jurídico sob exame;

III - natureza do delito e indicação do preceito legal;

IV - síntese conclusiva do parecer.

CAPÍTULO II

DAS SESSÕES DO CONSELHO

Art. 36 - O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semana, em dia e hora por ele previamente fixados, no início de cada ano e alteráveis, em qualquer época, por conveniência do serviço; e, extraordinariamente, tantas vezes quantas necessárias.

§ 1º - Não serão remuneradas as sessões que excederem o número de oito.

§ 2º - Quando o Conselho, por qualquer motivo, não se reunir no dia designado fá-lo-á no primeiro dia útil imediato.

Art. 37 - Todas as sessões serão públicas, realizadas de portas abertas, salvo quando a natureza do assunto exigir o contrário e por deliberação da maioria dos Conselheiros.

Art. 38 - A ordem dos trabalhos será a seguinte :

I - abertura da sessão pelo Presidente;

II - leitura e discussão da ata da sessão anterior;

III - leitura do expediente e comunicações diversas;

IV - distribuição de protocolos;

V - julgamentos.

Art. 39 - O Conselho deliberará com a presença de, no mínimo, quatro dos seus Conselheiros.

Parágrafo Único - Haverá uma tolerância de 15 (quinze) minutos para formação do "quorum".

Art. 40 - Perderá automaticamente a função o Conselheiro, efetivo ou suplente convocado, que faltar a três (3) sessões consecutivas, sem justificação.

Parágrafo Único - Para fins de cumprimento do que dispõe este artigo, o Secretário Executivo fará a comunicação ao Presidente do Conselho, que proporá ao Governador a dispensa do faltoso e a designação de outro membro.

Art. 41 - Os dirigentes dos estabelecimentos prisionais do Distrito Federal participarão das sessões do Conselho, na qualidade de informantes, sem direito a voto.

Art. 42 - As sessões serão secretariadas pelo Secretário Executivo do Conselho, ou, nas suas faltas e impedimentos, por Secretário "ad hoc", designado pelo Presidente.

Art. 43 - Os protocolos serão apregoados pelo Secretário das sessões, na ordem estabelecida na pauta, salvo preferências concedidas pelo Presidente.

Art. 44 - Apregoado o Protocolo, fará o Conselheiro leitura do relatório e, não havendo discordância ou pedido de esclarecimento, proferirá o seu voto.

Parágrafo Único - Estando presente o patrono do interessado e querendo usar a palavra, ser-lhe-á concedido esté direito, depois de lido o relatório e antes de proferido o voto, por tempo fixado pelo Presidente.

Art. 45 - Nenhum Conselheiro poderá se eximir de votar, salvo suspeição ou impedimento.

Art. 46 - Proferido o voto do relator, o Presidente tomará os demais, por ordem decrescente de antiguidade, a partir do relator.

Art. 47 - Findo o julgamento, o Presidente proclamará a decisão, e se vencido o relator, designará o Conselheiro que primeiro tenha votado nos termos da conclusão vencedora, para redigir a decisão.

Art. 48 - Quando as soluções divergirem, mas várias delas apresentarem ponto comum, deverão ser somados os votos dessas correntes, no que tiverem de comum.

Parágrafo Único - Permanecendo a divergência, sem possibilidade de qualquer soma, serão as questões submetidas ao pronunciamento de todos os Conselheiros, duas a duas, eliminando-se, sucessivamente, as que tiverem menor votação, e, prevalecendo a que reunir, por último, a maioria de votos.

Art. 49 - Em caso de empate o Presidente terá voto de qualidade.

Art. 50 - Proclamado o resultado, pelo Presidente, nenhum Conselheiro poderá modificar seu voto ou fazer comentários sobre a deliberação, ressalvadas as hipóteses de erro de fato ou de direito.

Art. 51 - Só poderá votar o Conselheiro que tiver assistido ao relatório, salvo se se considerar esclarecido.

Art. 52 - Qualquer preliminar ou prejudicial será julgada antes do mérito, deste não se conhecendo, se incompatível com a decisão adotada.

§ 1º - Tratando-se de nulidade suprível, o julgamento será convertido em diligência, a fim de ser suprida, no prazo que for assinado.

§ 2º - Rejeitada a preliminar ou prejudicial, ou se com ela não for incompatível a apreciação do mérito, seguir-se-á o julgamento da matéria principal, sobre esta devendo pronunciar-se os Conselheiros vencidos em qualquer delas.

Art. 53 - O Conselheiro que ficar vencido, declarará o seu voto, com os fundamentos.

Art. 54 - Os Conselheiros poderão pedir vistas dos protocolos.

§ 1º - Sendo o pedido de vista em Mesa, far-se-á o julgamento na mesma sessão, logo que o Conselheiro que a requerer, se declare habilitado.

§ 2º - Sendo vista Regimental, ficará o julgamento adiado para a sessão imediatamente seguinte, presente sempre o relator; não obstando, entretanto, o prosseguimento a ausência de qualquer dos outros Conselheiros que não comparecerem ou que houverem deixado o exercício da função, desde que haja "quorum".

Art. 55 - Os membros informantes podem ser consultados por qualquer Conselheiro acerca de assuntos relativos às suas atribuições, de interesse para o esclarecimento do Conselho.

Art. 56 - Qualquer Conselheiro poderá propor que a sessão se transforme em secreta e, caso aprovado, serão retirados da sala todos os que não a compuserem, inclusive funcionários, fechando-se as portas, e realizando-se a discussão.

Art. 57 - As atas serão lavradas em livro próprio, aberto rubricado e encerrado pelo Presidente e cada uma será assinada por ele e pelo Secretário da Sessão.

Parágrafo Único - Para facilidade do serviço, permite-se que as atas sejam datilografadas e colecionadas em livros de chave, observando-se as cautelas do "caput" deste artigo.

CAPÍTULO III

DA SOLENIDADE DE LIVRAMENTO CONDICIONAL

Art. 58 - A solenidade de Livramento Condicional será realizada em dia e hora prefixados pelo Presidente, observando-se o seguinte :

I - a sentença será lida ao liberado, na presença de sentenciados, pelo Presidente, ou, salvo motivo relevante por quem o representar;

II - o dirigente do estabelecimento alertará o liberado para as condições impostas na sentença liberatória;

III - o liberado declarará se aceita as condições.

§ 1º - Lavrar-se-á termo de cerimônia, em livro pró-

prio, subscrito por quem a presidir e pelo liberado, ou alguém a seu rogo, se não souber ou não puder escrever.

§ 2º - Remeter-se-á cópia do termo ao Juíz da Vara de Execuções Criminais.

§ 3º - Se a sentença não houver fixado as condições, entende-se que estas serão as da lei, lendo o Presidente os dispositivos que a isso digam respeito, os quais constarão da carteira do liberado.

§ 4º - Na mesma ocasião, far-se-á entrega ao liberado:

a) da carteira, cujo modelo for adotado;

b) do saldo do seu pecúlio, em dinheiro ou através de caderneta de poupança, aberta em seu nome.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 - Os pareceres, decisões e outros atos de interesse do Conselho, serão publicados no "Diário Oficial" do Distrito Federal, órgão oficial de divulgação do Poder Executivo do Distrito Federal.

Art. 60 - O Conselho editará a "Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal", versando exclusivamente assuntos técnico-científicos da área de sua competência.

Art. 61 - Fica instituída a Carteira Funcional dos Conselheiros, expedida pelo Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública, conforme modelo próprio a ser aprovado pelo Conselho, em colaboração com aquele órgão identificador.

Parágrafo Único - A carteira fará prova de identidade, junto a órgãos públicos e estabelecimentos prisionais.

Art. 62 - As propostas de alteração do presente Regimento somente poderão ser tomadas pelo voto da maioria absoluta dos membros do Conselho, em sessão extraordinária, especialmente convocada, ouvidos os órgãos próprios da Administração do Distrito Federal.

Art. 63 - Aplica-se, no que couber e subsidiariamente, aos procedimentos de competência do Conselho as normas do direito processual vigente.

Art. 64 - Os órgãos do Conselho Penitenciário funcionarão em regime de mútua colaboração, respeitadas as competências regimentais.

Art. 65 - A subordinação hierárquica dos órgãos do Conselho Penitenciário define-se pela posição de cada um deles na estrutura orgânica e pelo enunciado de suas competências.

Art. 66 - A coordenação administrativa do funcionamento do Conselho deverá ser realizada em todos os níveis de chefia, através de reuniões periódicas.

Art. 67 - Os atos de delegação de competência definirão claramente, a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

Art. 68 - Todos os servidores e titulares de unidades orgânicas do Conselho são responsáveis perante seus superiores hierárquicos, pelos trabalhos desenvolvidos nas respectivas áreas de atuação.

Art. 69 - Cabe a todos os servidores lotados no Conselho, cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento, bem como normas especiais que vierem a ser baixadas pelo Presidente do Conselho.

Art. 70 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento, serão dirimidos pelo Presidente do Conselho, "ad referendum" do Governador do Distrito Federal.

Brasília- DF, 30 de julho de 1 976

WASHINTØN BOLÍVAR DE BRITO
Presidente do Conselho Penitenciário
do Distrito Federal

Secretaria de Administração

DECRETO DE 02 DE AGOSTO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para exercer outra função, LUIZ CARLOS MERLO, matricula nº. 18.096, da Função em Comissão, Simbolo FC- 8, de Secretário- Datilógrafo do Gabinete da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Distrito Federal, 02 de agosto de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 02 DE AGOSTO DE 1976

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR LUIZ CARLOS MERLO, matricula nº. 18.096, para exercer a Função em Comissão, Simbolo FC- 3, de Assessor Auxiliar da Coordenação do Sistema de Pessoal da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Distrito Federal, 02 de agosto de 1976

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

Secretaria de Viaçao e Obras

DECRETO DE 28 DE JULHO DE 1976

Constitui Comissão para proceder ao levantamento dos serviços e projetos já executados nas obras de construção do Colégio Militar de Brasília

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, Inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o constante do processo número 056.989/76,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituida Comissão composta dos Senhores Ten. Cel. SÉRGIO LOPES COUTINHO, Ten. Cel. RODOLPHO DE CANTUÁRIA MUND, Engenheiro JULIO XAVIER RANGEL e Engenheiro GETULIO RODOR, para, sob a presidência do primeiro, procederem ao levantamento dos serviços e projetos já executados nas obras de construção do Colégio Militar de Brasília.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 28 de julho de 1976

ELMO SEREJO FARIAS
SIZINIO DE ANDRADE GALVÃO

DESPACHOS

Processo nº: 20.661/76
Interessado: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Assunto: Of. nº 549/76- Min. Rel. Exteriores- solicitando indicar representante para participar da reunião promovida pela UNESCO sobre hidrologia urbana.

Senhor Governador:

A Companhia de Água e Esgotos de Brasilia- CAESB, recebeu do Departamento de Cooperaçao Cultural, Cientifica e Tecnologica do Ministerio das Relações Exteriores, conforme se vê às fls. 01 e 02, uma comunicação sobre a promoção pela Organização das Nações Unidas para Educaçao Ciencia e Cultura (UNESCO), no mes de novembro do corrente ano, ainda sem data definida, de uma reunião tecnica sobre os aspectos socio-econômicos da hidrologia urbana, a ser realizada em Lund-Suécia, para o qual formulou convite ao responsavel pela area especializada no setor, em Brasilia.
Como tenho me manifestado em outras ocasiões, Senhor Governador, sou inteiramente favorável à participação de Administradores em conclaves internacionais, que proporcionam oportunidades para aprimoramento de seus conhecimentos técnicos resultando, em ultima análise, em beneficios à propria Administração.
Nestas condições, venho solicitar a Vossa Excelencia a devida autorização, com apoio na legislação vigente (Lei nº 5.809, de 10.10.72 e Decreto nº 71.733, de 18.01.73) para indicar o Dr. FRANCISCO SALLES BAPTISTA FERREIRA, Superintendente da CAESB, a representar o Distrito Federal no referido evento, tomando aquela Empresa as providencias junto ao Departamento competente do Ministerio das Relações Exteriores para a sua participação oficial.

Brasilia, 29 de julho de 1976

MAURILIO MAX DE ARAUJO CUNHA
Secretário de Serviços Publicos Substituto

De acordo: Autorizo
Em 29-07-76
ELMO SEREJO FARIAS

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
13 JUL 1456 76 020661
PROTOCOLO GERAL DCA— CSDCA— SEA

DCTEC 1559/692.52 (015)

Programa Hidrologico Internacional. Reunião sobre Hidrologia Urbana. Lund (Suecia). Novembro de 1976

O Departamento de Cooperação Cultural, Cientifica e Tecnologica do Ministerio das Relações Exteriores cumprimenta a Superintendencia da Companhia de Agua e Esgoto de Brasilia e tem a honra de comunicar que a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciencia e Cultura (UNESCO) promoverá, no proximo mes de novembro, em Lund (Suecia), uma reunião tecnica sobre os aspectos sócio-economicos da hidrologia urbana.

2. A mencionada reunião será realizada no quadro do Programa Hidrologico Internacional e seu objetivo é sensibilizar os "tomadores de decisões", responsáveis pela planificação e administração urbanas, quanto à importancia da agua nas áreas urbanas.

3. O Encarregado do Decenio Hidrologicio Internacional, da Divisão de Ciencias da Agua da UNESCO, Professor J.A. da Costa, atraves do representante daquele organismo internacional no Brasil, manifestou o seu interesse

Conferido. Processo estado com 02 peça (s). 6067.

De acordo. Autorizo. Autuar e retornar Em 29/07/76. José Geraldo Maciel

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Atos do Diretor

HROCESSO N°: 682/76-DETUR
INTERESSADO: DIVISÃO DE TURISMO
ASSUNTO: Gravação de materiais
DESPACHO: Nos termos da alínea "C", item II do artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para mandar gravar os materiais relacionados à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "CASA PRATA - LUCIANO PRATA BARBOSA" no valor total de Cr$ 1.152,00 (hum mil, cento e cinquenta e dois cruzeiros).
Em 23 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 693/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto n° 1.703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição de material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "PAPELARIA RIO IMPORTAÇÃO COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA)' no valor total de Cr$ 248,00 (duzentos e quarenta e oito cruzeiros).
Em 23 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 645/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição de material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão das Notas de Empenho em favor das firmas "DECOLORES - REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA", e "FERRAGENS RASO LTDA", nos valores totais de Cr$ 1.620,00 (hum mil, e seiscentos e vinte cruzeiros) e Cr$ 840,00 (oitocentos e quarenta cruzeiros), respectivamente.
Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 669/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Conserto de gravador
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação e autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "ELETRON - COMÉRCIO CONSERTOS E MANUTENÇÃO DE APARELHOS ELETRONICOS LTDA", no valor total de Cr$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros).
Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 639/76- DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de Material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "CASA DOS ESPORTES LTDA". no valor total de Cr$ 330,00 (trezentos e trinta cruzeiros).
Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 629/76-DETUR
INTERESSADO: Seção de Material
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, alínea "c", item II, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de empenho em favor da firma "PAPELARIA RIO IMPORTAÇÃO COMÉRCIO E INDUSTRIA LTDA", no valor total de Cr$ 2.940,00 (dois mil, novecentos e quarenta cruzeiros).
Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 615/76—DETUR
INTERESSADO: Seção de Material
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "GRAFICA VALCI EDITORA LTDA." no valor total de Cr$ 1.058,00 (hum mil e cinquenta e oito cruzeiros).
Em 02 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 343/76—DETUR
INTERESSADO: Seção de Serviços Auxiliares
ASSUNTO: Aquisição de Material
DESPACHO: Nos termos da alínea "C", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão das Notas de Empenho em favor das firmas "SENISE S/A - MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO" e "PIONEIRA DA BORRACHA LTDA." nos valores respectivos de Cr$ 1.700,00 (hum mil e setecentos cruzeiros) e Cr$ 428,00 (quatrocentos e vinte e oito cruzeiros).
Em 23 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 105/76—DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquuisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação, para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "CASA DOS PARAFUSOS LTDA". no valor total de Cr$ 177,90 (cento e setenta e sete cruzeiros e noventa centavos).
Em 23 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 614/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "CASA DO BARATA FERRAGENS LTDA", no valor total de Cr$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros).
Em 30 de junho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 698/76-DETUR
INTERESSADO: Seção de Material
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II, artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "IRMEL - GRÁFICA E PAPELARIA LTDA", no valor total de Cr$ 1.130,00 (hum mil, cento e trinta cruzeiros).
Em 28 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 685/76-DETUR
INTERESSADO : Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto n° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "SERMAQ — SERRAS E MAQUINAS LTDA." no valor total de Cr$ 1.900,00 (hum mil e novecentos cruzeiros).
Em 27 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 675/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto n° 1.703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "CASA DOS PARAFUSOS LTDA", no valor total de Cr$ 90,40 (noventa cruzeiros e quarenta centavos).
Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 692/76 — DETUR
INTERESSADO: Seção de Material
ASSUNTO: Conserto de uma geladeira
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto n° 1.703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para o Conserto de uma Geladeira relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da Firma SERVIX — COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES no valor total de Cr$ 2.830,00 (dois mil oitocentos e trinta cruzeiros).

Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

PROCESSO N°: 644/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto n° 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "FERRAGENS RASO LTDA" no valor total de Cr$ 758,00 (setecentos e cinquenta e oito cruzeiros).
Em 26-07-76
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N°: 587/76—DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de material
JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: Carta -Convite n° 049/76—DETUR

A Comissão de licitação após exame das propostas opina no sentido de que a adjudicação do fornecimento do material objeto da presente licitação se faça da forma seguinte:

COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MATERIAL ELÉTRICO MERCURIO LTDA.

01) - 50 (cinquenta) Fusível 100 x 600, cartucho - 9,80 - 490,00
02) - 50 (cinquenta) Fusível 150 x 600, cartucho - 9,80 - 490,00
TOTAL..... Cr$ 980,00

HIDRELÉTRICA COMERCIAL LTDA.
03) - 100 (cem Disjuntores de 25 amp.
SERMAR.....13,50 - 1.350,00
TOTAL.....Cr$ 1.350,00

ELETROMINAS — MATERIAL ELÉTRICO LTDA

04) - 100 (cem) Resistência de ducha SS CORONA - 12,00 - Cr$ 1.200,00

TOTAL.....Cr$ 1.200,00
Em 07 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente
Mª. AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Membro

PROCESSO N°: 612/76—DETUR
INTERESSADO: Seção de Material
ASSUNTO: Aquisição de material
JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: Carta- Convite n° 48/76—DETUR

A Comissão de licitação após exame das propostas opina no sentido de que a adjudicação do fornecimento do material objeto da presente licitação se faça da forma seguinte:

OBM - ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA.

01) - 03 (três) Calculadora eletrônica de mesa, fabricação nacional, 12 dígitos de capacidade, uma memória, fator constante, arredondamento vírgula automática e programada, potenciação cálculos em cadeia, tecla de percentual direto para descontos (vermelho) 220 volts. - 3.636,00 - 10.908,00
TOTAL.....Cr$ 10.908,00
Em 05 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente
Mª. AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Membro

PROCESSO N°: 643/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de material
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", item II do artigo 3° do Decreto N° 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação para aquisição do material relacionado à folha 01, bem como autorizo a emissão da Nota de Empenho em favor da firma "FERRAGENS RASO LTDA", no valor total de Cr$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros).

Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Diretor

ANTONIO CARLOS AMANCIO DA SILVA
Membro

PROCESSO N°: 622/76—DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de Chaveiros
JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: Carta- Convite n° 50/76—DETUR

A Comissão de Licitação após exame das propostas opina no sentido de que a adjudicação do fornecimento do material objeto da presente licitação se faça da forma seguinte:

STILO- MATERIAIS DE PROPAGANDA E SILKD-CREEN LTDA.

01) - 2.000 (dois mil) Chaveiros em acrilico na cor amarela, escrito BRASILIA dos dois lados, medindo 5 1/2 x 2 1/2 .....3,10 - 6.200,00
TOTAL.....6.200,00
Em, 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente
Mª. AUGUSTA A. DE OLIVEIRA
Membro

PROCESSO N°: 671/76—DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: Carta- Convite n° 52/76—DETUR

A Comissão de Licitação após consulta à Divisão de Operações e exame das propostas, opina no sentido de que a adjudicação do material objeto da presente licitação se faça da forma seguinte:

MOVMAQ - MÓVEIS E MÁQUINAS LTDA.

01) - 04 (quatro) Cadeira fixa, assento e encosto em concha c/almofadas removíveis. Sem braços laterais. Estofada em espuma de latec, revestida em vinil preto, com gomos verticais. Pés de aço fixo, c/deslizadores, modelo 084-C, Marca GIROFLEX.....850,00 - 3.400,00

02) - 01 (uma) Poltrona giratória, c/mecanismo RELAX. Concha conjugada c/almofadas removíveis: Braços laterais abertos de alumínio polido e apoia- braços em poliuretano de espuma integral. Estofada em espuma de Latex, revestida em vinil preto. Tubo central de aço pintado de preto fosco. Estrutura em aço tubular cromado. Pés de aço c/05 pás, c/rodízios. Modelo 686-NC. Marca GIROFLEX 1.750,00 - 1.750,00

03) - 01 (um) Mesa Diretor em jacarandá da Bahia c/03 gavetas laterais, c/painel frontal e fechadura c/segredo. Estrutura

em aço cromado. Medidas: 1,70 x 0,80 x 0,74. Modelo 3001 -JB. Marca LONGO.....2.500,00 - 2.500,00

04) - 01 (um) Mesa funcionário em jacarandá da Bahia. Estrutura em aço cromado. c/3 gavetas do lado direito e fechadura c/segredo. Medidas: 1,20 x 0,70 x 0,75. Modelo 3002-JB Marca LONGO.....1.700,00 - 1.700,00
TOTAL.....Cr$ 9.350,00
Em 26.07.76
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente
Mª. AUGUSTA A. DE OLIVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 672/76—DETUR
INTERESSADO: Divisão de Turismo
ASSUNTO: Aquisição de material
JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: Carta-Convite nº 56/76—DETUR

A Comissão de Licitação após exame das propostas, opina no sentido de que a adjudicação do fornecimento do material objeto da presente licitação se faça da forma seguinte:

PAULO CESAR BERNARDES E CIA LTDA.

01) - 12 (doze) Medalhas com estojo plástico 42—B
Niquelado com dourado - PIAZZA....28,50 - 342,00
TOTAL.....Cr$ 342,00

CASA DO ATLETA ANDRADE E CIA LTDA.

02) - 03 (três) Taças "VIANA" ordem 119.....400,00 - 1.200,00
TOTAL.....Cr$ 1.200,00

RIO GRANDE DO SUL — REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.
03) - 03 (três) Prato redondo - modelo tropical.
ordem 4.400.504 - 29 cm. WOLFF INOX....105.00 315.00
TOTAL.....Cr$ 315,00
OBS.: as firmas "MUNDO DO ATLETA — ESPORTES LTDA" e "ENGENHARIA COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA." não compareceram.
Em, 26.07.76
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente
Mª. AUGUSTA A. DE OLIVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 626/76-DETUR
INTERESSADO: Divisão de Operações
ASSUNTO: Aquisição de material
JULGAMENTO DE LICITAÇÃO: Carta- Convite nº 051/76-DETUR

A Comissão de licitação após exame das propostas opina no sentido de que a adjudicação do fornecimento do material objeto da presente licitação se faça da forma seguinte:
A.M. DANTAS - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
01) - 04 (quatro) Serra tico- tico - 220 volts x 320 watts b) 0,43 HP-3.000 gtm) nº 0601 577 048 - Bosch.... 2.890,00 - 11.560,00
TOTAL ... Cr$ 11.560,00
Em 26 de julho de 1976
CARLOS BLACK PEREIRA
Presidente

MARIA AUGUSTA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Membro

Gabinete Militar

PORTARIA DE 16 DE JULHO DE 1976

O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuida pelo Decreto "E" n.º 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:
autorizar o servidor Sebastião Gomes Amador, Motorista, matrícula n.º 15.966, a viajar a Goiânia-GO, no período de 16 a 18 do corrente mês, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 16 de julho de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 20 DE JULHO DE 1976

O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuida pelo Decreto "E" n.º 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:
autorizar o servidor Rivaldo Varejão Pascoal de Freitas, Patrulheiro, matrícula n.º 17.742, a viajar a Manaus-AM, no período de 20 a 25 do corrente mês, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 20 de julho de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 20 DE JULHO DE 1976

O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuida pelo Decreto "E" n.º 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:
autorizar Antonio Carlos Godinho Vieira, Assessor Militar BM, matrícula n.º 18.024, a viajar a Manaus-AM, nos dias 20 a 25 do corrente mês, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 20 de julho de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 21 DE JULHO DE 1976

O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuida pelo Decreto "E" n.º 340, de 12 de dezembro de 1967,
RESOLVE:
autorizar Lázaro Machado de Oliveira, Motorista, matrícula n.º 18.484, a viajar a Anápolis-GO, no período de 21 a 26 do corrente mês, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 21 DE JULHO DE 1976

O Chefe do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, no uso da competência que lhe é atribuida pelo Decreto "E" n.º 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:
autorizar Ivan Rosa Marques, Cabo BM, matrícula n.º 18.529, a viajar a Anápolis-GO, no período de 21 a 26 do corrente mês, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976

GUARACY DE LIMA FURTADO — Cel. PM
Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 20 DE JULHO DE 1976

O SECRETARIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Cláusula Sexta do Convênio celebrado em 07 de novembro de 1973 e renovado em 12 de maio de 1976, entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, objetivando a execução de Serviços de Terraplenagem e manutenção dos equipamentos das patrulhas motomecanizadas de propriedade do Distrito Federal, a serviço das Administrações Regionais,
RESOLVE:

Designar JETHRO BELLO TORRES, Assessor, Código DAS-101.1, matrícula n.º 7.989, da Coordenação da Administração Regional, para executor do referido Convênio, o qual terá acesso aos trabalhos, cabendo - lhe fiscalizar e acompanhar o seu andamento, bem como atestar a normal execução dos serviços.
Brasília, 20 de julho de 1976

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DESPACHOS

PROCESSO N.º: 264403/76
INTERESSADO: Administração Regional do Gama
ASSUNTO: Dispensa de Licitação

DESPACHO:

No uso da competência delegada pelo Artigo 1.º Item II do Decreto "E" n.º 340 de 12 de dezembro de 1967, com a nova redação dada pelo Decreto n.º 1718 de 16 de junho de 1971, combinado com o Artigo 3.º Inciso I alínea "f" do Decreto n.º 1703 de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação no valor de Cr$ 309.791,35 (Trezentos e nove mil, setecentos e noventa e um cruzeiros e trinta e cinco centavos), em favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, para fazer face às despesas com trabalhos de conservação, pavimentação, imprimação e compactação em áreas urbanizadas no Setor Central da Cidade Satélite do Gama.
Brasília, 23 de julho de 1976

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 013 DE 28 DE JULHO DE 1976

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 7º, do Capitulo II, das Normas de Execução Orçamentaria e Financeira do Distrito Federal, aprovadas pelo Decreto nº 3.097, de 22 de dezembro de 1975,
RESOLVE:
1º- ALTERAR, na forma dos quadros em anexo, os valores destacados pela Ordem de Serviço nº 012 de 05 de julho de 1976.
2º- Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrario.

Nucleo Bandeirante, 28 de julho de 1976
JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 13 DE 28 DE JULHO DE 1976

3º TRIMESTRE

I

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - CSP - SEA			
ATIVIDADES E / OU PROJETOS - ELEMENTOS / SUBELEMENTOS	SITUAÇÃO		TOTAL
	ANTERIOR	ATUAL	
2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE.			
- Pessoal e Encargos Sociais	1.017.832,00	1.190.377,00	1.190.377,00

Núcleo Bandeirante, 28 de julho de 1976

MIGUEL MALISKI
Chefe da Seção Financeira

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Diretor da Divisão de Administração Geral

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 013 DE 28 DE JULHO DE 1976

3º TRIMESTRE

II

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM - SEA

ATIVIDADES E / OU PROJETOS - ELEMENTOS / SUBELEMENTOS	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL
1) 2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
3.1.2.0 - Material de Consumo	20.000,00	30.000,00	30.000,00
2) 1.008 - REEQUIPAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	60.000,00	65.481,00	
4.1.4.0 - Material Permanente	20.000,00	49.208,00	114.689,00

Núcleo Bandeirante, 28 de julho de 1976

MIGUEL HALISKI
Chefe da Seção Financeira

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Diretor da Divisão de Administração Geral

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 013 DE 28 DE JULHO DE 1976

3º TRIMESTRE

III

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO FINANCEIRA - DAG - ACSNB

ATIVIDADES E/OU PROJETOS - ELEMENTOS / SUBELEMENTOS	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL
1) 2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	20.000,00	37.372,00	
3.1.4.0 - Encargos Diversos	3.000,00	1.000,00	38.372,00
2) 2.014 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS NA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
4.1.1.0 - Obras Públicas	55.000,00	81.000,00	81.000,00
3) 2.015 - CUSTEIO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros	112.704,00	179.011,00	179.011,00
4) 1.009 - AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
4.1.1.0 - Obras Públicas	- -	400.000,00	400.000,00
5) 1.010 - URBANIZAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
4.1.1.0 - Obras Públicas	500.000,00	800.000,00	800.000,00
6) 1.011 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE			
4.1.1.0 - Obras Públicas	60.000,00	60.000,00	60.000,00

Núcleo Bandeirante, 28 de julho de 1976

MIGUEL HALISKI
Chefe da Seção Financeira

DINISIO ANTONIO DA CRUZ
Diretor da Divisão de Administração Geral

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JULHO DE 1976

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NUCLEO BANDEIRANTE, no uso da delegação de competencia estabelecida no Inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alinea "a" do Artigo 21 do Decreto nº 2.951, de 22.07.75, o servidor ESTACIO MARTINS DIAS, Encarregado de Turma de Construção Civil, simbolo FC—12, matricula nº 18.736, para substituir o Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Publicos, simbolo FC—08, da Divisão de Obras desta Administração da Secretaria do Governo do Distrito Federal, no periodo de 09 de agosto a 07 de setembro de 1976, por motivo de ferias do titular.

Brasilia, 29 de julho de 1976

JOÃO DUARTE MOREIRA
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1.976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº. 2.284, de 12 de junho de 1.973, e tendo em vista o que consta do Decreto nº. 3.154, de 29 de janeiro de 1.976,

RESOLVE:

Autorizar a firma PREFABRIL, a iniciar os serviços de construção da 1ª. Etapa da Unidade 2 - ESTADIUM - do Centro Recreativo e Desportivo do Gama, situado no Setor Central desta Cidade Satélite, na conformidade do Edital nº. 06/76 - RA - II, Processo nº. 263328/76 - RA - II, a partir do recebimento desta.

Brasília, 26 de julho de 1.976

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JULHO DE 1.976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº. 2.284, de 12 de junho de 1.973, e tendo em vista o que consta do Decreto nº. 3.154, de 29 de janeiro de 1.976,

RESOLVE:

Autorizar a firma SANCOL - Saneamento. Construções Ltda, a iniciar os serviços de construção de uma Praça no Setor Leste nesta Cidade Satélite, contígua à Igreja de São Sebastião, de conformidade com o Convite nº. 0376 - RA - II, Processo nº. 264560/76 - RA - II, a partir do recebimento desta.

Brasília, 26 de julho de 1.976

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA.

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JULHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12 de junho de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 264.702/76,

RESOLVE:

Autorizar, a Firma LAJES "M" Construção, Industria e Comercio Ltda, a iniciar os serviços de recuperação da praça e estacionamento do Setor Leste nesta Cidade Satélite, de acordo com as condições estabelecidas e constantes das especificações do Convite nº 06/76- RA-II, a partir do recebimento desta.

Brasilia, 29 de julho de 1976

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JULHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo n.º 175.381/76

RESOLVE:

AUTORIZAR a firma CIVISA — ENGENHARIA CIVIL E SANITARIA LTDA, dar início às obras de construção de 1 (uma) Escola Modulada, situada na QSD-33 - Area Especial desta Cidade Satélite, de acordo com as especificações estabelecidas na Tomada de Preços n.º 009/76—CL—RA—III.
Taguatinga-DF, 02 de julho de 1976

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 02 DE JULHO DE 1976

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do Artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto n.º 2.943, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo n.º 175.381/76,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do item I do Artigo 12 das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto n.º 3.097 de 22 de dezembro de 1975, o Arquiteto JOÃO EUSTAQUIO CORREIA, Assistente Técnico, matrícula n.º 18.771, para Executor das obras de construção de 1 (uma) Escola Modulada, situada na QSD 33 — Area Especial, de acordo com as especificações estabelecidas na Tomada de Preços n.º 009/76—CL—RA—III.
Taguatinga-DF, 02 de julho de 1976

VITAL DE MORAES ANDRADE

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JULHO DE 1976

"Prorroga prazo para funcionamento de comércio em construção de madeira e dá outras providencias "

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de julho de 1975, e tendo em vista o que dispõe o artigo 7º do Decreto nº 2.864 de 21 de março de 1975

RESOLVE:

1- Prorrogar por 10 (dez) meses, o prazo estipulado na Ordem de Serviço de 17 de novembro de 1975, relativo ao funcionamento de comércio estabelecido em construção de madeira, nos Setores CND, CNF e CSD; e por 12 (doze) meses, o localizado nos Setores CSE, CNG e CNH de Taguatinga.
2- Nos demais Setores, a exceçao dos Setores QNL, QNM e Ceilandia que serão objeto de regulamentação posterior, fica prorrogado por 06 (seis) meses, o prazo para encerramento de atividades comerciais em estabelecimentos de madeira.

3- A presente Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VITAL DE MORAES ANDRADE

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

ATOS DO SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 13 DE JULHO DE 1976

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL— CODEPLAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 24, Inciso X dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

I— Designar para assumir a Diretoria Administrativa o Economista EDMAR DIAS MATOS, eleito para o cargo de Diretor pela 20ª Assembléia Geral Extraordinaria dos Acionistas da CODEPLAN, realizada no dia 25/06/76 e tendo em vista sua investidura no cargo em 13/07/76 conforme TERMO DE POSSE, lavrado no livro proprio.
II- Esta Instrução entra em vigor nesta data.

Brasília (DF), 13 de julho de 1976 1976

EVANDRO JOSÉ DE MACEDO
SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 28 DE JUNHO DE 1976

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — CODEPLAN, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 24, Inciso X dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

I— Designar para assumir a Diretoria de Execução Operacional o Economista OSVALDO JANOT FILHO, reeleito para o cargo de Diretor pela 20ª Assembléia Geral Extraordinaria dos Acionistas da CODEPLAN, realizada no dia 25.06.76 e tendo em vista sua investidura no cargo em 28.06.76, conforme TERMO DE POSSE, lavrado no livro proprio.

II- Esta instrução entra em vigor nesta data.

Brasilia (DF), 28 de junho de 1976

EVANDRO JOSÉ DE MACEDO
SUPERINTENDENTE

INSTRUÇÃO DE 28 DE JUNHO DE 1976

O SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL— CODEPLAN, no uso das atribuições que lhes sao conferidas pelo Artigo 24, Inciso X dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

I— Designar para assumir a Diretoria de Planejamento o Economista SÉRGIO GARCIA

PARENTE, reeleito para o cargo de Diretor pela 20ª Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da CODEPLAN, realizada no dia 25.06.76, e tendo em vista sua investidura no cargo em 28.06.76, conforme TERMO DE POSSE, lavrado no livro proprio.

II- Esta Instrução entra em vigor nesta data.
Brasilia (DF), 28 de junho de 1976

EVANDRO JOSÉ DE MACEDO
SUPERINTENDENTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 208 DE 29 DE JULHO DE 1976

Dispõe sobre numeração e autuação de processos.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 1°, incisos II e III e Artigo 91, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2978, de 14 de agosto de 1975, combinado com o Artigo 1° parágrafo 3°, do Decreto nº 3143, de 13 de janeiro de 1976,

RESOLVE:

1. Destacar, em complemento, para numeração e autuação de processos a faixa numérica de 385.000 a 394.999 à Administração da Ceilandia.

2. A presente Portaria integra o Livro IV da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 5°, do Decreto nº 1891, de 21 de dezembro de 1971.

3. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasilia, 28 de julho de 1976

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretario de Administração

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

Processo nº: 22195
Interessado: Celestina Bela da Cruz Leal Viana
Assunto: Reassunção de licença para trato de interesses particulares
Matricula nº 07.643

Despacho: Autorizo a reassunção partir de 27/07/76.

Em, 27/76,

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA — DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Processo nº: 21998
Interessado: LUIZ CORREIA VIEGAS
Matricula 09629
Assunto: Reassunção de Licença para trato de interesse particular.
Despacho: Autorizo a reassunção a partir de 26-07-76

Em 23/07/76

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA — DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

LICENÇA ESPECIAL —INDEFERIDA

Proc.: 105.740/76
Nome: ELENA DA SILVA RIBEIRO
Matrícula: 12.593
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967,

Proc.: 106.597/76
Nome: HÉLIA DA SILVEIRA LIMA
Matrícula: 8.175
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 106.595/76
Nome: NEUSA DIAS DOURADO
Matrícula: 8.149
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 122.900/76
Nome: JOÃO BARBOSA DIAS
Matrícula: 06.412
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 106.393/76
Nome: MARIA LEONICE GOMES DE SOUZA
Matrícula: 05.322
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 019.298/76
Nome: JOSEFA PASCOAL DA SILVA JERONIMO
Matrícula: 08.689
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 019.657/76
Nome: CELME MARIA DE ARAUJO MORENO
Matrícula: 4.764
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 018.641/76
Nome: NEUSA MOREIRA DE MELO
Matrícula: 3.440
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 018.465/76
Nome: ANGÉLICA PEREIRA DA COSTA
Matrícula: 4.668
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Em, 27.07.76
Clayr Rochefort de Almeida
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP—SEA

Geraldo Costa
Seção de Cadastro Funcional-DRMP/CSP
CHEFE

LICENÇA ESPECIAL — DEFERIDA

DESPACHO: CONCEDO, nos termos do artigo 2°, combinado com o artigo 5°, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL, de seis meses aos funcionários abaixo qualificados.

Proc.: 014.515/76
Nome: DANUZIA CAVALCANTE SILVEIRA
Matrícula: 08.103
Cargo: Prof. do Ens. Elementar
Nível: 13—B
Relativo ao decênio de: 23.03.66 a 27.04.76

Proc.: 106.593/76
Nome: MARIA ALVICE ALVES DOS SANTOS
Matrícula: 7.753
Cargo: AUX. DE ENFERMAGEM
Nível: 13—A
Relativo ao decênio de: 21.10.65 a 18.10.75

Proc.: 106.598/76
Nome: HERONDINA CORREA RODRIGUES
Matrícula: 08.166
Cargo: ENFERMEIRO
Nível: 20—A
Relativo a decênio de: 28.04.64 a 02.05.74

Proc.: 106.599/76
Nome: MARIA ASCENSÃO GUEDES
Matrícula: 8.174
Cargo: AUX. DE ENFERMAGEM
Nível: 14.B
Relativo ao decênio de: 29.03.66 e 11.05.76

Proc.: 014.050/76
Nome: JOSÉ AMADO DOS SANTOS
Matrícula: 16.763
Cargo: Agente de Portaria, Classe B, TP—602.2.
Relativo ao decênio de: 01.02.66 a 29.01.76

Proc.: 122.892/76
Nome: JOSÉ RODRIGUES CARDOSO
Matrícula: 33.434
Cargo: Agente de Polícia, Classe C, PC—205.3
Relativo ao decênio de: 01.06.61 a 29.05.71

Proc.: 018.466/76
Nome: TERESINHA CAUHI DE OLIVEIRA
Matrícula: 3.588
Cargo: Prof. de Ens. Elementar
Nível: 13—B
Relativo ao decênio de: 01.06.63 a 28.05.73

Proc.: 016.922/76
Nome: MARIA ALEXANDRINA PIRES DE OLIVEIRA
Matrícula: 4.173
Cargo: Prof. de Ens. Médio,
Nível: MG1.02.19
Relativo ao decênio de: 01.11.65 a 29.10.75

Proc.: 017.110/76
Nome: YARA DO CARMO CORREA DE LIMA ULIAN
Matrícula: 4.433
Cargo: Prof. de Ens. Médio
Nível: MG1-02.19
Relativo ao decênio de: 01.11.64 a 03.11.74

Proc.: 016.263/76
Nome: CARLOS ALBERTO BRANCO AUCELIO
Matrícula: 3.795
Cargo: Prof. de Ens. Médio
Nível: MG1.02-19 .
Relativo ao decênio de: 01.04.66 a 05.05.76

Clayr Rochefort de Almeida
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP—SEA

Geraldo Costa
Seção de Cadastro Funcional
DRMP/CSP
CHEFE

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

SEÇÃO DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Atos do Chefe

Despacho: CONCEDO, nos termos do artigo 10, da Lei nº 4345, de 26 de junho de 1.964, gratificação adicional por tempo de serviço, nos percentuais e a partir das datas mencionadas, aos funcionários a seguir relacionados:

MATR.	N O M E	CÓDIGO	%	A PARTIR
00.756	João José de Oliveira	08	15	21.04.76
00.719	José Simplício Filho	05	15	27.04.76
00.847	Alfredo Pereira de Lacerda	05	15	21.04.76
01.077	Divino Alves de Paula	08	15	15.04.76
01.799	Manoel Leão	08	15	18.06.76
01.974	Aparecido Cabral de Lima	05	15	15.06.76
02.139	José de Queiróz Mesquita	NS-714.7	25	05.01.73
02.256	Romeu Piazera	14	10	20.03.72-reti
02.693	José Felix da Silva	TP-602.2	15	28.05.76
03.477	Odette Bellas da Costa	TP-602.1	10	24.06.71
03.477	" " "	"	15	22.06.76
04.838	Dione Paiva de O'Fernandes	13	15	02.03.76
05.385	Marlene Alves Itabaiana	TP-602.2	15	25.10.75
05.562	Sinval Novais de França	SA-401.5	15	19.04.76
07.707	Pedro Rodrigues de Souza	19	10	14.10.75
06.019	Bráulio Dantas Araújo	08	15	08.05.76
09.265	Francisco José de Melo	08	15	06.02.76
09.654	Fernando Rodrigues Nunes	SA-401.5	15	18.05.76
09.671	João José Camargo	SA-401.5	15	12.08.75
09.813	José do Carmo Sobrinho	SA-401.5	15	29.11.74
09.970	Izauro Inácio da Silva	SA-401.5	15	03.06.76
10.587	Francisco Ribeiro de Mendonça	TP-602.4	15	12.05.76
10.848	José Guiomarino Dias	05	15	02.06.76
11.158	Geraldo Alencar	SA-401.6	15	18.08.73
11.435	Juliana Barbosa dos Santos	08	15	14.12.74
11.969	Francisco Gabriel de Aguiar	01	15	07.09.75
12.518	Hélio Ferreira V. da Silva	TAF-303.3	15	28.05.76
13.626	Alberto Carvalho	13	15	22.04.76
14.089	Francisco de Paula Barros	08	15	23.05.76

(*)=fora de ordem.

Em, 28 / 07 /1.976

MATR.	N O M E	CÓDIGO	%	A PARTIR
14.193	Francisco Gomes da Silva	SA-401.4	15	24.05.76
14.291	José Alves Cordeiro	10	15	28.12.75
14.762	Antonio Barbosa da Costa	08	15	05.06.76
15.054	Raimundo Cardoso Guimarães	SA_401.5	15	15.06.76
15.189	Waldemar da Silva Guimarães	SA_401.6	15	31.05.76
15.395	Manoel Carneiro de Carvalho	TP-602.4	15	06.11.75
15.735	José Ribeiro da Silva	13	15	29.12.75
16.472	José Marcos dos Santos	10	15	07.11.75
16.768	José Barbosa Macêdo	TP-602.2	15	15.04.74
17.509	Pedro Pereira Salgado	01	10	05.03.72
00.289	José Lopes da Silva	09	15	04.06.76
00.649	Sebastião Chaves de Lima	09	15	01.05.76
00.678	Paulo de OLiveira	09	15	04.06.76
01.691	Nelson Ferreira de Almeida	SA-401.5	15	10.05.76
02.345	Amadeu Matos da Silveira	SA-401.5	15	12.06.76
04.375	Sebastião Odilon da Silva	TP-602.2	15	22.05.76
04.574	Josino de Gusmão Neto	16	15	01.07.76
05.165	Leila Ferreira da Cunha	10	15	25.04.76
06.848	Joiro Gomes da Silva	901.3	15	11.06.76
07.938	Ivanir Carvalho Teixeira	SA-401.6	10	02.04.76
09.504	Geraldo Damásio Carneiro	SA.401.5	15	18.05.76
11.007	Sebastião Ester de Carvalho	SA.401.6	20	01.07.76
11.853	Henrique dos Santos	13	20	11.05.76
12.269	Matildes Inácio de Freitas	SA-401.5	15	22.04.76
13.415	José Carlos Cavalheiro	TP-602.4	15	17.06.76
13.669	Otacílio E. de Azevedo	SA-401.5	15	02.06.76
14.028	José Cupertino de O. Silva	06	20	27.07.76
14.282	Gilberto de Souza	10	15	16.05.76

Em, 28 / 07 /1.976

SUBSTITUTO

MATR.	N O M E	CÓDIGO	%	A PARTIR
15.273	Ilderíco Menezes	TP-602.4	15	15.05.76
16.325	Valdivino Martins Israel	06	15	16.06.76
16.853	Pedro Rodrigues da Silva	05	15	07.10.75
17.748	Osvaldo Zamariole	NS-716.7	05	28.04.75
18.738	Antonio F. de Souza	PC-204.1	05	01.07.76
34.064	Francisco Rijo do Nascimento	PC-204.1	10	15.07.76
(*) 12.403	Antonio Ferreira do Amaral	05	10	17.08.71
(*) 12.471	José Raimundo Goulart	10	15	17.05.76

(*)=fora de ordem.

Em, 28 / 07 /1.976

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

COMISSAO DE LICITAÇÃO

Processo nº: 017350/76
Interessado: ARPEL - Artigos para Escritório Ltda
Assunto: Cancelamento de Nota de Empenho
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique- se e encaminhe- se à Divisão de Administração Geral - SEC, para as providências de sua alçada.

Em 05 de julho dee 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSE DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 37.380/73
Interessado: Santa Helena Urbanização e Obras Ltda
Assunto: Alteração de Capital
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido de inclusão no GS—99 bem como autorizar a alteração de Capital na forma requerida pela interessada.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 05 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 014185/76
Interesssado: Luna Comércio de Papéis Ltda
Assunto: Cancelamento de Nota de Empenho
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar o cancelamento da Nota de Empenho nº 213/76—DPC, sem qualquer penalidade à firma interessada.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências de sua alçada.
Em 05 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 018856/76
Interessado: Móveis de Aço Fiel S.A.

Assunto: Retificação de Nota de Empenho
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a retificação da Nota de Empenho nº 297/76—DPC, na forma solicitada, bem como autorizar a suspensão da contagem do prazo de entrega no período de 21.6.76, até a data em que a interessada tomar conhecimento desta decisão.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências de sua alçada.
Em 05 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 011933/76
Interessado: Coordenação do Sistema de Transportes Internos
Assunto: Aquisição de material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite nº 113/76—SPC-DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide adjudicar o fornecimento do material de que trata a presente licitação, à firma SOCIEDADE GUANABARA LTDA.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências complementares.
Em 05 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº 32 .240/70
Interessado: SHARP S.A. Equipamentos Eletrônicos
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenario de Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que mesma supriu as deficiências que motivaram o indeferimento de seu pedido anterior conforme decisão tomada na 1.407ª. Reunião (Ordinaria), expedindo-se-lhe o certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua expedição.
Apta a participar de Tomada de Preços pra o fornecimento de materiais classificaveis no GEI—01.
Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 21.895/67
Interessado: NG— Máquinas e Equipamentos de Escritorio-S.A.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenario da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua expedição.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classsificáveis no GEI—01.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 23.727/70
Interessado: Cremer S.A.- Produtos Têxteis e Cirúrgicos
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenario da Comisão de Licitação, no uso de suas atribuições, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado com prazo de validade até 30/06/77, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá-la no DF, tendo em vista ter a requerente apresentado a Certidão Negativa de IPI e a Comprovação de Residência do procurador no DF, que motivaram o indeferimento de seu pedido anterior, conforme decisão tomada na 1.402ª. Reunião (Extraordinária) de 04 de junho de 1976.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificaveis no GM-C—09.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providencias complementares.

Em 05 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 35.474/73
Interessado: Celina Indústria Comercio de Mobiliário Ltda
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenario da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide, pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a mesma supriu as deficiencias que motivaram o indeferimento de seu pedido anterior conforme decisão tomada na 1.414ª. Reunião (Ordinaria), expedindo-se o Certificado respectivo, com o prazo de validade até 31.12.76, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá-la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomada de Preços para o fornecimento de materiais classificaveis nos GM-C—30; GMP—02,03,19 e 20.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 012.925/69
Interessado: Moref S.A.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo - se o Certificado com prazo de validade até 31 de dezembro de 1976, data em que expira o mandato do procurador nomeado para representá - la no Distrito Federal.
Apta a participar de Tomada de Preços para o fornecimento de materiais classificáveis nos grupos GMP - 02 e 19.
Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em, 05 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 9. 729/71

Interessado: TATSUO KAY
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela firma interessada, tendo em vista ter sido apresentada Certidão relativa a pedido de falência com data de expedição além dos 60 (sessenta) dias permitidos pelo item 3.3 da Portaria nº. 187 de 13.02.76 assim como constar do referido documento nome incompleto da interessada.
Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em, 05 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 23.825/71
Interessado: HEWLETT - Packard do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que os documentos apresentados pela mesma, não atendem às exigências dos itens 3.1.3 (letras "b" e "g") e 3.3 da Portaria nº. 187 de 13.02.76.
Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em, 05 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n: 17272/76.
Interessado: Papel - Papeis e Artes Gráficas Ltda.
Assunto: Prorrogação de Prazo
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras, para as providências de sua alçada.

Em 05 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo: 19592/76
Interessado: PLANTEL S.A.
Assunto: Prorrogação de Prazo
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar a prorrogação de prazo para entrega do material objeto da Nota de Empenho nº. 328/76 - DPC.
Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Compras, para as providências de sua alçada.

Em, 05 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 016332/74
Interessado: Hidracon - Administradora de Imóveis Ltda
Assunto: Renovação de Inscrição
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para prestação de serviços classificáveis no GS—40.
Não foram considerados os GS—10 e 24 por estarem conceituados como obra, GS—30 por não ter apresentado o atestado de capacidade técnica referente aos serviços deste grupo e o GS—35 e 41 por não se enquadrarem no objetivo.
Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 07 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITES
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 015224/76
Interessado: Governo do Distrito Federal - CSDCA — SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Osmar Barros Barata
Julgamento de Licitação: Convite n.º 105/76—SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1 — Prejduciar os itens, 32, 35, 36, 37, 41, 44, 46, 47, 67, 79, 80, 139, 140, 141 , 142, 153, 154, 157, 158, 159, 160, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 202, 206, 210, 214, 216, 218 e 227.
2 — Considerar fora de especificação as propostas das firmas A CASA DO LIVRO DE BRASILIA LTDA, para os itens 29, 87, 101, 103, 113, 125 e 163; e LIVRARIA E DISTRIBUIDORA BURITI LTDA, para os itens 101 e 162.
3 — Considerar a adjudicação por sorteio, para os itens 70, 101, 103, 107, 111, 125 e 151.
4 — Alterar as quantidades e unidades dos itens 17, 21, 31, 66, 91, 94, 112, 127 e 161.
5 Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
SEBASTIÃO DE MIRANDA: itens 2.º, 11, 21, 29, 33, 34, 38, 45, 61, 71, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 110, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 134 135, 138, 148, 149, 208, 209, 211, 217, 220, 222, 223,224,225 e 226.
A CASA DO LIVRO DE BRASILIA LTDA: itens 30, 39, 40, 42, 43, 53, 70, 96, 106, 116, 143, 144, 150, 152, 155, 178, 179, 181, 184, 188, 198, 200, 204, 205, e 215;
A NOSSA LIVRARIA — AGIR LITÉCNICO LTDA: itens 20, 101, 103, 107, 111, 136, 137 e 180;
LIVRARIA E DISTRIBUIDORA BURITI LTDA: itens 89, 161, 165 e 221; e
LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA S.A. itens 1º., 3º., 4º., 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 93, 97, 109, 112, 114, 127, 129, 130, 133, 145, 146, 147, 151, 156, 162 (alternativa de menor preço), 163, 167, 17[illegible], 174, 175, 176, 177, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 212 , 213, 219, 228 e 68.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 07 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 19.157/76
Interessado: Atlante Comércio de Artigos para Escritório Ltda.
Assunto: Prorrogação de Prazo
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais acolhendo por unanimidade voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras para as providências de sua alçada.
Em 07 de junho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão e Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº.: 9.112/67
INTERESSADO: Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S/A.
ASSUNTO: Renovação de Inscrição no RCHF
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado, respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua expedição.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais e prestação de serviços classificáveis nos GMC-05; GEI-05, 06 e 10; GMP-17 e GS-39.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 07 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO Nº.: 30.804/74
INTERESSADO: O Papeleiro Ltda.
ASSUNTO: Renovação de Inscrição no RCHF
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por

unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a Certidão Negativa de pedido de Falência emitida pelo Cartório de Distribuição do Distrito Federal, está com data de emissão além dos 60 (sessenta) dias permitidos pelo item 3.3 da Portaria 187 de 13.02.76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências de sua alçada.

Em 07 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO Nº.: 017837/76
INTERESSADO: Governo do Distrito Federal
ASSUNTO: Pedido de Aquisição de Material
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite nº. 130/76-SPC-DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuiçoes legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide adjudicar o fornecimento do material, relativo ao item único da presente Licitação, à firma Mainline Móveis S/A. Indústria e Comércio.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em 07 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

Processo n.º: 14.781/74
Interessado: Datamec S.A. Engenharia de Sistemas e Processamento de Dados
Assunto: Renovação de Inscrição
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o certificado respectivo, com prazo de validade de 1 (um) ano, a contar da data de sua emissão, endo em vista que a mesma sanou a irregularidade que motivou o indeferimento do pedido anterior, conforme decisão tomada na 1.415a. Reunião (Ordinária) do dia 23 de junho de 1976.
Apta a participar de Tomada de Preços para prestação de serviços classificáves nos GS—08, 15, 20 e 21.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 07 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 016722/76
Interessado, Governo do Distrito Federal—DAG—SVO
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite n.º 110/76—SPC—DC

O Plenáfio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1 — Considerar fora de especificação a proposta de firma A Casa do Livro de Brasília Ltda. para o item 8.º
2 — Prejudicar os itens 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 10.
3 — Desclassificar a proposta da firma Livraria José Olympio Editora S.A, por conter prazo de entrega superior ao estabelecido.
4 — Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
Sebastião de Miranda - itens 1.º, 2.º e 9.º.
A Nossa Livraria - Agir Litécnico Ltda. - item 8.º.
Livraria Eldorado Brasília Ltda. - item 7.º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 07 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 17.806/66
Interessado: Maldi S.A. Indústria e Comércio
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que as Certidões Negativas do ISS e da Dívida Ativa da União estão com data de emissão além dos 60 (sessenta) dias permitidos pelo item 3.3 da Portaria nº 187 de 13.02.76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral da Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 07 de julho de 1976.
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 11.454/71
Interessado: Tecidos Estrada Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a declaração de capacidade técnica emitida pelo Serviço Social da Indústria, não atende às exigências do subitem 3.1.2 da Portaria nº 187 de 13.02.76, por não estar essa entidade configurada entre os órgãos ali previstos.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 07 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro
JORGE CAETANO
Membro

Processo nº: 018541/76
Interessado: Governo do Distrito Federal- AC—SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite nº 134/76—SPC—DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Desclassificar a proposta da firma Brasilia Serviços Automotores S.A.- BRASAL e da firma Induspina Auto peças Ltda. para o item 13.
2 - Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
Jorlan S.A. - Veículos Automotores, I mportação e Comércio - itens 8º, 12 e 13;
Induspina Auto Peças Ltda. - item 9º.
Anhanguera Peças e Acessórios Ltda. - itens 1º, 2º e 14;
Auto Maqui Peças e Serviços Ltda. - itens 4º, 5º e 6º.
Brapel - Brasilia Automóveis, Peças Ltda. - itens 7º, 10 e 11; e
Planalto de Automóveis , S.A - item 3º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 07 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 018326/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite nº. 127/76 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Considerar fora de especificação a proposta da firma Casa Planeta de Brasília S.A. Máquinas e Ferragens para os itens 1º. e 3º.

2 - Prejudicar os itens 1º., 2º., 3º., 4º., 6º., 7º. e 8º.

3 - Adjudicar o fornecimento do material relativo ao item 5º., à firma Ferragens Raso Ltda.
OBS: A Secretaria Executiva deverá extrair cópia do PAM do órgão interessado, com vistas a aquisição do material relativo aos itens prejudicados.
Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em, 07 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 52.729/69
Interessado: H. Strattner e Cia Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que as Certidões Negativas de ICM, ISS e Dívida Ativa da União Inscrito, estão com data de emissão além dos 60 (sessenta) dias permitidos pelo item 3.3., da Portaria nº. 187 de 13.02.76.
Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em, 07 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 017824/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: José de Paula Taveira
Julgamento de Licitação: Convite nº. 126/76 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Alterar a unidade e quantidade do item 1º., em razão da proposta de melhor preço.

2 - Adjudicar o fornecimento do material constantes dos itens 1º. e 2º., à firma Carvalho de Moraes e Cia. Ltda.

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em, 07 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº.: 13.848/76
Interessado: Seção de Material e Patrimônio - DAG - SEA
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite nº. 135/76 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pela adjudicação do material à firma Empresa Gráfica Gutenberg Ltda. (item único).

Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em, 12 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº. 17.819/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite nº. 133/76 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Prejudicar o item 1°.
2 - Desclassificar a proposta da firma Papelaria Rio Importação, Comércio e Indústria Ltda., para os itens 3°., 4°. e 5°.
3 - Aproveitar as propostas das firmas Tecnogeral S.A. Comércio Indústria para o item 4°., e Papelaria Rio Importação, Comércio e Indústia Ltda, para o item 2°.

3 - Considerar fora de especificação a proposta da firma H. P. Mendes Comércio Indústria Ltda., para o item 4°.

4 - Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:

Tecnogeral S.A. Comércio Indústria - item 4°.
H.P. Mendes Comércio Indústria Ltda. - item 5°.
Papelaria Asa Sul Comércio e Indústria Ltda. item 6°.

Papelaria Rio Importação, Comércio e Indústria Ltda item 2°.

Carvalho de Moraes e Cia Ltda. - item 3°.
Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em, 12 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO N.°: 17.823/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: Convite n°. 131/76 - SPC - DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide não considerar a proposta da firma Slaviero Comercial S.A., bem como adjudicar o fornecimento do material à firma Distex - Distribuidora de Produtos Texteis Ltda. (item único). Publique - se e encaminhe - se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em, 12 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n°.: 19.728/76
Interessado: Castelo S.A. Construções Metálicas e Equipamentos
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que A Certidão Negativa do IPI está com data de emissão além dos 60 (sessenta) dias permitidos pela Portaria 187 de 13.02.76 bem como o Certificado de Regularidade de Situação Junto ao INPS está emitido em nome de Castelo S.A. Eng. Ind., e Comércio, denominação essa alterada desde de 1975, e o Instrumento de procuração apresentado não atende a exigência do subitem 3.4.1 da citada Portaria. E quanto ao seu pedido de inscrição para o GEI - 99, não foi considerado, tendo em vista que não são definidos os materiais classificáveis nesse grupo.
Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em, 12 de julho de 1.976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO N°.: 27.009/75
INTERESSADO: Divisão de Administração Geral - SEA
ASSUNTO: Prestação de Serviços de Microfilmagem
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Concorrência n°. 001/76-CL-SEA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, opina pela adjudicação dos serviços de que trata a presente licitação, à firma DIGITAL - ESTUDOS E PROCESSAMENTOS LTDA.
Publique-se.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°.: 052493/76
INTERESSADO: Almoxarifado Central - SEA
ASSUNTO: Aquisição de Material
RELATOR: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Tomada de Preços n°. 21/76-SEA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, opina pela adjudicação do fornecimento do material de que trata a presente licitação às firmas BRASILIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S/A-BRASAL, COMPANHIA COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS e SIMAC AUTOMÓVEIS SOCIEDADE ANONIMA, nos valores constantes do Capítulo I do Edital, para as linhas VOLKSWAGEN, CHEVROLET e CHRYSLER, respectivamente.
Publique-se.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°.: 29.368/68
INTERESSADO: Searle Farmacêutica do Brasil Ltda
ASSUNTO: Renovação de Inscrição
RELATOR: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa da União Inscrita está com o prazo de validade vencido, bem como a declaração de capacidade técnica expedida pelo INPS (fls. 188) está com data de emissão além dos 60 (sessenta) dias permitidos pelo item 3.3 da Portaria n°. 187 de 13.02.76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°.: 17.828/76
INTERESSADO: Governo do Distrito Federal
ASSUNTO: Aquisição de Material
RELATOR: José de Paula Taveira
Julgamento de Licitação: Convite n°. 125/76-SPC-DC.

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais acolhendo por unanimidaden o voto do Relator, decide:
1 - Alterar as unidades dos itens 3°., 4°. e 5°., e aproveitar a proposta da firma Gumersindo e Breyner Ltda. para estes itens.
2 - Prejudicar o item 6°.
3 - Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
Gumersindo e Breyner Ltda. itens 1°., 3°., 4°., 5°., 7°., 8°. e 9°.
Paulo Cesar Bernardes e Cia Ltda. item 2°.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°.: 7.021/70
INTERESSADO: Supergasbrás Distribuidora de Gás S.A.
ASSUNTO: Renovação de Inscrição no RCHF
RELATOR: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que as Certidões Negativas de ICM e da Dívida Ativa da União estão com data de expedição além dos 60 (sessenta) dias permitidos pelo item 3.3 da Portaria n°. 187 de 13.02.76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENON Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°.: 20.465/74
INTERESSADO: Madeireira Pinho Forte Ltda.
ASSUNTO: Renovação de Inscrição
RELATOR: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a mesma sanou a irrregularidade que motivou o indeferimento do pedido anterior, conforme decisão tomada na 1.401ª. Reunião (Ordinária) do dia 02 de junho de 1976, podendo ser expedido o Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua expedição.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GMC-26.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°.: 31.277/74
INTERESSADO: Companhia Siderúrgica da Guanabara - COSIGUA
ASSUNTO: Renovação de Inscrição no RCHF
RELATOR: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que na documentação apresentada não consta a publicação do despacho de arquivamento na Junta Comercial, da Ata da AGO que elegeu a Diretoria atual, realizada em 25.05.76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 12 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO Membro
JORGE CAETANO Membro
OSMAR BARROS BARATA Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA Membro

PROCESSO N°: 28.064/69
INTERESSADO: CIRURGICA FERNANDES S/A
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO S.R.C.H.F.
RELATOR: JOSÉ DE PAULA TAVEIRA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessado expedindo- se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos Grupos GMC — 03 e 09; GEI — 04 e 07; GMP- 04, 05 e 14.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n°: 25.577/74
INTERESSADO: E. Freitas e Cia Ltda
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo- se- lhe, em consequência, o Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua expedição.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos grupos GMC - 05, 08, 09, 14 e 19: GEI - 04 e 09; e GMP—04.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
membro

Processo n°: 17.832/76
Interessado: Governo do Distrito Federal-SEC
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Aquisição de Material
Relator: José de Paula Taveira
Julgamento de Licitação: Convite n° 132/76—SPC-DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Considerar fora de especificação a proposta da firma Coe. Coelho e Cia Ltda., para o item 1°.
2 - Adjudicar o fornecimento do material na forma seguinte:
Mareisa S.A. - Comércio e Indústria itens 2° e 4°;
Irmaco - Materiais para Construção Ltda. item 1°;
Marmoraria Brasília Ltda. item 3°.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Con-

trole, para as providências de sua alçada.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA.
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 56.212/76
INTERESSADO: ALBINO CASTRO— COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
ASSUNTO: COMUNICA NÃO TER RELAÇÃO DOS USUÁRIOS COM DIREITO AOS CONJUNTOS, REFERENTE AO EMPENHO Nº 211/76—DPC
RELATOR: JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide autorizar seja considerado prorrogado em 17 (dezessete) dias o prazo para entrega do material de que trata o item 1º da Nota de Empenho nº 211/76—DPC.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências necessárias.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 26.233/68
INTERESSADO: CARL ZEISS DO BRASIL S/A
ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO S.R.C.H.F.
RELATOR: OSMAR BARROS BARATA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada expedindo- se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos Grupos GMC—09; GEI—04 e 07 e GMP— 05.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 15.325/74
INTERESSADO: COFERCIT — COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA.
ASSUNTO: RENOVAÇÃo DE INSCRIÇÃO Nº S.R.C.H.F.
RELATOR: OSMAR BARROS BARATA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista a apresentação de declaração de capacidade técnica expedida pelo mesmo órgão e recusa daquela passada pela Fundação das Pioneiras Sociais, por não atender às exigências do item 3.1.2 da Portaria 187, de 13/02/76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências necessárias.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 16.527/66
Interessado: Olivetti do Brasil S.A.
Assunto: Renovação de Inscrição
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, podendo ser expedido o Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua expedição, tendo em vista que a mesma sanou as irregularidades que motivaram o indeferimento de seu pedido anterior, conforme decisão proferida na 1.401.a. Reunião (Ordinária), do dia 02 de junho de 1976
Apta a participar de Tomada de preços para fornecimento de materiais classificáveis nos Grupos GMC—02, 05 e 20: GEI—01 e 06.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 14 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 18.861/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite nº. 137/76- SPC- DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1 - Desclassificar a proposta da firma Carvalho de Moraes e Cia Ltda.
2 — Adjudicar o fornecimento na forma seguitne:
Villela e Monteiro Ltda - itens 1.º e 3.º
Malharia e Tapeçaria Téger-representações Ltda. - itens 2.º, 4.º, 5.º e 6.º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 14 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 016724/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto, Aquisição de Material
Relator: Francisco de Freitas
Julgamento de Licitação: TP n.º 46/76—SEA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1 - Prejudicar os itens 9.º, 10, 15 e 20.
2 — Considerar fora de especificação as propostas das firmas Tcnogeral S.A Comérico Indústria, para o item 3.º (alternativa de menor preço), e Plantel S.A. e Madeirense Móveis para Escritório Ltda, para o item 14.
3 — Não Considerar a proposta da firma Metalson Indústrias Reunidas Ltda., para o item 13
4 — Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
Tecnogeral S.A. Comércio Indústria - Item 2.º:
Escriba - Industria e Comércio de Móveis Ltda - item 14;
Metalson Indústrias Reunidas Ltda. - itens 1º, 3º, 4º, 5º, 6.º, 7.º, 8.º, 11 e 12;
Plantel S.A. - itens 13 e 16.
OBS: A Secretaria Executiva deverá extrair cópias dos PAMs 09/76—ACSNB, 24/76-DAG—SVO, 20/76—RA—IV e 10/76—ASRIA, com vistas à aquisição dos itens prejudicados.
Publique-se.
Em, 14 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 19.235/76
INTERESSADO: REALEZA — INDUSTRIAS ELETROMECÂNICAS LTDA
ASSUNTO: INSCRIÇÃO NO S.R.C.H.F.
RELATOR: FRANCISCO DE FREITAS

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada expedindo-se o certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, acontar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos Grupos GMC ——5, 11 e 25, sendo desconsiderados os GEI 03, 05, 08, 10 e GMP 1', e 19, tendo em vista que as declarações de capacidade técnica apresentadas são específicas para determinados tipos de materiais que não são enquadráveis nestes Grupos.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares.
Em 14 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro

JORGE CAETANO
Membro

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº.: 56.268/76
INTERESSADO: CASA DOS PARAFUSOS LTDA
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO N.º 197/76—DPC
RELATOR: FRANCISCO DE FREITAS

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar sua decisão, proferída na 1.393a. Reunião e autorizar a retificação do item 63 da Nota de Empenho n.º 197/76—DPC,que passará a ter a seguinte especificação: PARAFUSO DE FERRO POLIDO PARA MADEIRA, CABEÇA DE FENDA CHATA MEDINDO 4,2 x 40mm, sendo que o prazo para entrega do material relativo a esse item deverá ser suspenso a partir do dia 21/06/76, até a data da entrega da Nota de Empenho retificada ao fornecedor.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências necessárias.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 19,376/76
INTERESSADO: KARIMBA— CARIMBOS INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
ASSUNTO: INSCRIÇÃO NO S.R.C.H.F.
RELATOR: OSMAR BARROS BARATA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, colhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que as declarações de capacidade técnica, não atendem às exigências.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 18.542/76
INTERESSADO: Governo do Distrito Federal
ASSUNTO: Aquisição de Material
RELATOR: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: Convite nº 139/76—SPC-DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide adjudicar o fornecimento do material às firmas SERMAQ - Serras e Máquinas Ltda. itens 2º, 3º, 4º, (opção de maior preço, considerando a inclusão de motor instalado(e 5º, a Astel Ltda. item 1º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº: 18.857/76
INTERESSADO: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE MATERIAL ELÉTRICO MERCURIO LTDA.
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DA NOTA DE EMPENHO
RELATOR: JORGE CAETANO

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo INDEFERIMENTO do pedido de retificação dos itens 35 e 36 da Nota de Empenho nº 229/76—DPC autorizando, entretanto, o seu cancelamento por ter havido falha na especificação quando da realização da Tomada de Preços nº 18/76—SEA. Decide ainda, no sentido de que a firma seja alertada para a observação constante do final do voto do Relator.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências necessárias.
Em 14 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

PROCESSO Nº.: 201.601/76
INTERESSADO: Divisão de Administração Geral - RA - VI
ASSUNTO: Aquisição de Material
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite nº. 128/76-SPC-DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Prejudicar os itens 5º. e 6º.
2 - Adjudicar o fornecimento do material na forma seguinte:
Cimento Tocantins S.A. - item 3º.;
Couto e Coelho Ltda. - itens 1º. e 2º.;
Pureza e Cia Ltda. - item 4º.

3 - O valor relativo ao frete do item 3º. deverá ser empenhado em nome da firma COCITRA S.A.

Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Planaltina - RA VI, para as providências necessárias.

Em 16 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação - em exercício -

OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro
JORGE CAETANO Membro

PROCESSO N°.: 201.601/76
INTERESSADO: Divisão de Administração Geral - RA VI
ASSUNTO: Aquisição de Material
RELATOR: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite n°. 129/76-SPC-DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1 - Adjudicar o fornecimento do material à firma Madeireira Zacarias Comércio e Indústria Ltda.
2 - O Empenho da despesa ficará condicionado ao exame da conveniência do órgão, tendo em vista a grande diferença entre a estimativa e a cotação obtida.
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Planaltina - RA VI, para as providências necessárias.

Em 16 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação - - em exercício -

OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro
JORGE CAETANO Membro

Processo n°: 201679/76
Interessado: DAG— Administração Regional de Planaltina-DF
Assunto: Aquisição de Material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite n° 141/76—SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1- Desclassificar a proposta da firma MARCOVAN COMÉRCIO E INDUSTRIA S.A.
2 - Prejudicar os itens 5°, 6°, 7°, 10 e 11.
3 - Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:

IRMACO — MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - itens 3° e 4°;
A CONSTRUTIVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - itens 1°, 2°, 8°. 9°. e 12.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 16 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n°: 17.892/76
Interessado: Coordenação do Sistema de Transportes Internos
Assunto: Execução de Serviços
Relator: Osmar Barros Barata
Julgamento de Licitação: Convite n° 140/76—SPC-DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1 - Considerar fora de especificação as propostas das firmas RETIFICA BETA LTDA e RUTH DE FREITAS PIRES para o item 3°.
2 - Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
RETIFICA BANDEIRANTE DE MOTORES LTDA - itens 1° e 2°;
DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E RETIFICA NACIONAL DE MOTORES LTDA - item 3°
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 16 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro
JORGE CAETANO
Membro

Processo n°: 17.818/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: Jorge Caetano
Julgamento de Licitação: TP n° 47/76—SEA

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

1- Considerar fora de especificação a proposta da firma PARANÁ — Papelaria Gráfica e Editora Ltda, para os itens 8°, 11 e 12;
2 - Alterar a quantidade e unidade do item 2°;
3 - Adjudicar o fornecimento do material da seguinte forma:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA - itens 4°, 5°, 6°, 7°, 8°, 11 e 12;
GRÁFICA REAL LTDA - item 2°;
PARANÁ — Papelaria Gráfica e Editora Ltda - itens 3°, 9°, 10 e 14; e
ARTES GRÁFICAS E EDITORA DIPLOMATA LTDA - itens 1° e 13.
A adjudicação do material relativo ao item 12, foi efetuada por sorteio por não compensar nova consulta considerando o desconto que se pudesse obter.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 16 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.°: 18.544/76
Interessado: Governo do Distrito Federal
Assunto: Aquisição de Material
Relator: José de Paula Taveira
Julgamento de Licitação: Convite n.° 142/76-SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1 — prejudicar o item 1.°, bem como desclassificar a proposta da firma CARVALHO DE MORAES E CIA LTDA para o item 3.°;
2 — Adjudicar à firma SERMAQ — SERRAS E MAQUINAS LTDA. o fornecimento do material relativo aos itens 2.° e 3.°.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências de sua alçada.
Em 16 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitaçãoe
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

Processo n°: 18.592/76

Interessado: IMED — Instrumental Médico do Brasil Ltda
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a partir da data de sua emissão, tendo em vista que a mesma sanou a irregularidade que motivou o indeferimento todo pedido anterior conforme decisão tomada em sua 1.418a. Reunião (Ordinária), realizada em 28.6.76.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos Grupos GMC—09; GEI— 04 e GMP 04 e 05.
Não foi considerado o GEI—07, por não guardar conformidade com o objetivo comercial da firma.
Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 16 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

Processo n°: 18.222/71
Interessado: Medidores Schlumberger S.A
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a Certidão Negativa apresentada não preenche o requisito que motivou o indeferimento do pedido anterior.
Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de julho de 1976

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n°: 27.757/71
Interessado: Italma S.A. - Indústria do Mobiliário
Assunto: Renovação de Inscrição
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuiçoes legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista a mesma não ter atendido às exigências dos itens 3.2. alinea "c" e 3.3 e subitem 3.4.1 da Portaria n°. 187 de 13.02.76.
Publique- se e encaminhe- se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de julho de 1976
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Membro
JORGE CAETANO
Membro
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n°: 020332/76
Interessado: Livraria e Papelaria Fiscal Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, autorizando a expedição do Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomadas de Preços para fornecimento dos materiais classificáveis nos GMC—02 e 20; GMP—06 e 16;
Não foram considerados os GMC—01, 03 e 19 e o GMP—19, por não guardarem conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n°: 33278/65
Interessado: Papelaria Rio Importação, Comércio e Indústria Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a mesma sanou a irregularidade que motivou o indeferimento do seu pedido anterior, conforme decisão tomada na 1.418ª. Reunião (Ordinária) realizada em 28.6.76, podendo ser expedido o Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais e prestação de Serviços classificáveis nos grupos, GMC—01, 02, 03 e 20; GMP—01, 02 e 06; e GS—02.
Publique-se e encaminh-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIA
Membro

Processo n°: 29.577/67
Interessado: Editora Gráfica Alvorada Ltda
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: José de Paula Taveira

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter cumprido a exigência formulada pela Comissão em sua 1.415ª. Reunião (Ordinária), realizada em 23.6.76, podendo ser expedido o Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento dos materiais classificáveis nos grupos GMC—01 e 02.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.°: 021583/73
Interessado: S.I.T - Sociedade de Instalações Técnicas S.A.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, o uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que, na documentação apresentada, o Certificado de Regularidade de Situação junto ao INPS está con o mome da requerente incompleto, bem como o n.° do CGC registrado neste documento, não confere.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 017830/76
Interessado: Governo do Distrito Federal - DAG—SEF
Assunto: Aquisição de material
Relator: João Laerte Bastos Damasceno
Julgamento de Licitação: Convite n.º 143/76-SPC—DC

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:
1. considerar fora de especificação as propostas das firmas H.P. Mendes Comércio Indústria Ltda. e Ryfax Comércio de Máquinas e Artigos para Escritório Ltda., para o item 2.º e da firma Cia. T. Janer Comércio e Indústria para o item 1.º
2. desclassificar a proposta da firma Papelaria Rio Importação Comércio e Indústria Ltda e da firma Cia. T. Janer Comércio e Indústria para o item 2.º.
3. adjudicar o fornecimento do material da forma seguinte: NASHUA DO BRASIL S.A. SISTEMAS REPROGRÁFICOS — Itens 1.º e 2.º; e JOÃO BOSCO ORMEA E CIA LTDA — item 3.º.
Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

Processo n.º: 19.307/76
Interessado: Casa dos Esportes Ltda
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, pelos seguintes motivos:
I— A declaração de capacidade técnica emitida pela Fundação Educacional, não atende às exigências do subitem 3.1.3 da Portaria n.º 187 de 13.02.76, uma vez que não faz referência ao fato de a firma já ter realizado fornecimentos àquela entidade;
II— A inscrição para os grupos solicitados, à exceção dos GMC—08 e 1, está vedada à firma, nos temos do item 2.3 da Portaria citada, subitem 2.3.1, letra "a", considerando que os sócios Carlos Roberto Bernardes e Luiz César Bernardes são majoritários do capital da firma Paulo César Bernardes e Cia. Ltda. , que já se acha inscrita para esses grupos.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

Processo n.º: 021.201/76
Interessado: Gelre Brasília Serviços Empresariais S.A.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade e o voto do Relator decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, podendo ser expedido o Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos grupos GMC—01 e 02; e GMP—06 e 16.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 30.804/74
Interessado: O Papeleiro Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter cumprido a exigência formulada pela Comissão em sua 1.423a. Reunião (Ordinária), realizada em 07.7.76, podendo ser expedido o Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos grupos GMC—01 e 02; e GMP—06 e 16.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 17.885/74
Interessado: Eletrônica Osaka Ltda.
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter cumprido a exigência formulada pela Comissão em sua 1.418a. Reunião (Ordinária), realizada em 28.6.76, podendo ser expedido Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para prestação de serviços classificáveis nos GS- 29, 30 e 40. Não foi considerado o GS - 07, por não estar em conformidade com o objetivo social da firma.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

Processo nº: 013562/74
Interessado: ASTEL — Instalações e Assistência Técnica de Equipamentos Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide:

a) indeferir o pedido de renovação de inscrição no RCHF:
b) encaminhar o processo à C.S.M., para anotação da ocorrência; e
c) propor ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Administração e envio do processo à Douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, solicitando pronunciamento quanto a atitude que possa vir a ser adotada pela Administração, face ao ocorrido.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para anotar a ocorrência e, posteriormente, à Secretaria Executiva para a comunicação de que trata a alínea "c" desta decisão.
Em 19 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 25.250/75
Interessado: CONFERMAT — Companhia Brasileira de Ferro e Materiais de Construção
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se-lhe, em consequência, o Certificado respectivo, com prazo de validade até 31 de dezembro de 1976, data em que expira a validade do mandato de seu procurador.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos grupos, GMC—25, 28 e 30; GMP—05 e 17 e GEI—02.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
membro

Processo nº: 30.336/75
Interessado: YORK S.A. - Indústria e Comércio
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: Jorge Caetano

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, por estar o mesmo em desacordo com os subitens 3.1.2. e 3.1.3, alíneas "b", "e" e "g", da Portaria nº 187 de 13.02.76.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro
JORGE CAETANO
Membro
JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo n.º: 09.729/71
Interessado: Tatuo Kay
Assunto: Renovação de Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se-lhe o Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão, tendo em vista ter a requerente apresentado a documentação exigida no item 3.3 da Portaria n.º 187 de 13.02.76, que motivou o indeferimento de seu pedido anterior, conforme decisão tomada na 1.421a. Reunião (Ordinária), realizada em 05.7.76
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento dos materiais classificáveis nos grupos GMC—04 e 06
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências Complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
membro

JORGE CAETANO
Membro

Processo nº: 20.370/76
Interessado: FOTSLIDE — Comércio Indústria e Representações Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo- se-lhe, em consequência, o Certificado respectivo, com prazo de validade de um ano, a contar da data de sua emissão.
Apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de material e prestação de serviços classificáveis nos GMC—02, 03, 10, 15 e 19; e GS—25 e 34. Não foi considerado o GEI—09, por não guardar conformidade com seu objetivo comercial.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício

OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 020.430/76
Interessado: Merck Sharp e Dohme Ind. Química e Farmacêutica Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que na documentação apresentada, não consta a certidão negativa de falência não foi expedida pelo lugar da sede e um dos atestados de capacidade técnica, passado pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público, da Secretaria de Estado dos Negócios de Administração do Estado de São Paulo, só faz referência à inscrição e não a fornecimento, como exige a Portaria 187 de 13 de fevereiro de 1976.
Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULA TAVEIRA
Membro

Processo nº: 020.625/76
Interessado: AGROMOTO — Máquinas Agrícolas Ltda
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido formulado pela interessada, tendo em vista que a documentação apresentada contrariou os itens 3.2.1, 3.3 e 3.5 da Portaria nº 187 de 13.02.76.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.
Em 19 de julho de 1976

JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO
Presidente da Comissão de Licitação
em exercício
OSMAR BARROS BARATA
Membro

JORGE CAETANO
Membro

JOSÉ DE PAULTA TAVEIRA
Membro

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1976

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975 e o que consta do processo nº 57.691/76,

RESOLVE:

Designar MILTON MONTEIRO AVIZ, Controlador de Arrecadação, Código TAF-302.1, Classe "A", matrícula nº 2.203, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção da Receita de Taguatinga, Símbolo "FC-3, da Divisão da Receita de Taguatinga, do Departamento "da Receita, desta Secretaria, durante o período de 01 a 30 de agosto de 1976, por motivos de férias regulamentares.

DISTRITO FEDERAL, 29 de julho de 1976
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1976

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 57.711/76,

RESOLVE:

excluir, a partir de 2 de julho de 1976, do regime de serviço extraordinário, em caráter especial, a que se refere o Decreto "N" nº 618, de 12 de junho de 1967, o servidor JOAQUIM BATISTA DA SILVA, Carpinteiro, nível 9-B, matrícula nº 14.503, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal.

DISTRITO FEDERAL, 29 de julho de 1976
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DEPARTAMENTO DA RECEITA

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO Nº 23/76—DpR

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o Inciso II, da Portaria nº 10, de 02 de julho de 1976,

RESOLVE:

I— Autorizar as Divisões de Receitas a expedir, mediante requerimento especifico, Alvará Especial para o funcionamento aos domingos e feriados, até às 12:00 horas, de estabelecimento comercial que negocie exclusivamente com carnes, peixes e ovos;

II- Não se expedirá Alvará para firma que, mesmo comercializando com os produtos referidos, o faça juntamente com outras mercadorias ou que esteja instalada dentro de estabelecimentos de outro ramo de atividade comercial;

III- A exclusividade da comercialização e a individualização do estabelecimento serão apuradas através de verificações "in loco" antes da expedição do Alvará;

IV- A firma que desobedecer às normas fixadas nesta Ordem de Serviço sofrerá pena de advertência escrita que será anotada no dossiê existente na Divisao responsavel e, verificada reincidência, será o estabelecimento interditado pelo prazo previsto no Decreto nº 2 866, de 21 de março de 1976.

V- Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasilia, 26 de julho de 1976

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA

Diretor do Departamento da Receita

PROCESSO Nº: 25.893/75
INTERESSADA: SANCOL— SANEAMENTO, CONSTRUÇÃO LTDA

Nos termos da delegação de competencia que me foi deferida pela Portaria de 20.08.69 - SEF e tendo em vista o Parecer da Divisão de Tributação deste Departamento, DEIXO DE RECONHECER A ISENÇÃO em favor de SANCOL— SANEAMENTO, CONSTRUÇÃO LTDA, quanto ao pagamento do Imposto Sobre Serviços, incidente sobre a construção de 432 (quatrocentos e trinta e duas) unidades habitacionais, integrantes do plano habitacional do BNH, objeto de Contrato entre a firma acima referida e a SHIS, datado de 25.12.74, tendo por objeto 152 unidades tipo DF 20 - G - 1 - 37 e 280 do tipo DF—1—I—2—44, a serem construidas no Setor "H" do Setor M-Norte de Taguatinga, DF tendo em vista que o favor fiscal pleiteado não se enquadra nas condições estabelecidas no artigo 8º do Decreto nº 1.603/71 e artigo 1º do Decreto nº 2 835, de 19.02.75. Publique-se cientifique-se a interessada e encaminhe-se à Divisão de Cadastro e Informações Economico-Fiscais para as devidas anotações e providencias.

BRASILIA, 26 de Julho de 1976

BENEDICTO ONOFRE EVANGELISTA

Diretor do Departamento da Receita

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 28 DE 26 DE JULHO DE 1976

O SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e IV do artigo 37, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13/05/765, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 37/76, aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme processo nº 069860/74—GDF,

RESOLVE:

1. Conceder reconhecimento ao Centro de Ensino "La Salle" (ex-Instituto Agricola "La Salle") localizado na região MSPW- Area Isolada- aguas claras- Brasilia-Distrito Federal.
2. Autorizar o funcionamento do Ensino de 1º Grau, com adoçao do curriculo aprovado pelo Parecer nº 37/76—CEDF.
3. Validar os atos escolares praticados pelo Estabelecimento.
4. O Estabelecimento a que se refere a presente Portaria ficará sujeito à inspeção nos termos da legislação em vigor.

Distrito Federal, 26 de julho de 1976

WLADIMIR MURTINHO
Secretario de Educação e Cultura

DESPACHOS

PROCESSO Nº 069860/74—GDF
INTERESSADO: Centro de Ensino La Salle
ASSUNTO: Pelo reconhecimento do Centro de Ensino "La Salle", autorização da implantação do seu Ensino de 1º.grau e dá outras providencias.

HOMOLOGO o Parecer nº 37/76-CEDF, de 30/06/76, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, na sessão plenaria da mesma data, cuja conclusão é do seguinte teor:

111— O Centro de Ensino "La Salle" (ex- Instituto Agricola "La Salle") é um estabelecimento reconhecido e que pode implantar o Ensino de 1º grau, com adoção da proposta curricular apresentada, que passa a integrar este parecer;
- os atos escolares, praticados pelo estabelecimento sejam validados, até a presente data".

Em 26/07/76.

WLADIMIR MURTINHO
Secretario de Educação e Cultura

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

Parecer nº 37/76—CEDF
Processo nº 069860/74—GDF

Pelo reconhecimento do Centro de Ensino "La Salle" autorização da implantação do seu Ensino de 1º Grau e dá outras providências.

Senhora Presidente:

No presente Processo, o Centro de Ensino "La Salle" por seu Diretor, solicita, ao Excelentissimo Senhor Secretario de Educação e Cultura, autorização para funcionamento do Ensino de 1º Grau.

2. O Instituto Agricola "La Salle" (antiga designação do Centro de Ensino "La Salle"), fundado em 1960, na região MSPW-Area Isolada- Aguas Claras-Brasilia-DF, foi autorizado a funcionar, ministrando curso primario, (Lei 4024/61), pela autorização nº 41/65—SEC/DF.
3. A partir de 1967, assinou convênio com a Fundação Educacional do Distrito Federal, para manutenção do curso primario.
4. Em 1972, o convenio foi renovado, competindo à Fundação Educacional do Distrito Federal fornecer-lhe recursos humanos e materiais, bem como prestar-lhe assistencia técnico pedagógica, para o funcionamento do ensino ministrado e fiscalizar-lhe o desenvolvimento das atividades.
5. Para atender ao disposto no Art. 141 da Resolução nº 01/74—CEDF, o estabelecimento apresentou novo Regimento Escolar, para o funcionamento do seu Ensino de 1º Grau.
6. Em 16/01/75, o DIE/SEC, pela Ordem de Serviço nº 004/75, concedeu autorização de funcionamento, a titulo precario, por 120 dias, ao Centro de Ensino "La Salle" e posteriormente prorrogada, nos termos da Resolução 04/74—CEDF.
7. Em relatorio sobre a inspeção prévia, datado de 09.XII.74, o DIE/SEC afirma possuir o estabelecimento as condições minimas exigidas para funcionamento, consubstanciadas nos artigos nºs. 154 e 155 da Resolução 01/74, deste Conselho.
7.1. O Regimento Escolar do estabelecimento foi aprovado pelo orgão proprio da SEC- Ordem de Serviço nº 053/75.
7.2. Os corpos administrativos tecnico e docente do estabelecimento pertencem aos quadros da FEDF, e, consequentemente, seus integrantes, possuem a habilitação legal para o desempenho de tais funções.
7.3. O Convenio FEDF/IALS. (Instituto Agricola "La Salle") tem vigencia por prazo indeterminado.
7.4. O estabelecimento nao cobra anuidade, porquanto tem finalida assistencial e filantropica e seus recursos humanos são mantidos pela FEDF.
7.5. A proposta curricular apresentada, para as oito séries do Ensino de 1º Grau, é adotada pela FEDF, e aprovada para a Rede Oficial de Ensino do D.F. A parte diversificada do curriculo, é, basicamente, voltada para a área das Práticas Agropecuarias, a partir da 4ª Série, quando os alunos já se iniciam nas atividades horti-fruti-granjeiras, com vistas à experiencia de mini-escola-fazenda. Procura, ainda, oportunizar o desenvolvimento de outras habilidades nas áreas de Práticas Industriais e Integradas do Lar, cf. a regulamentação em vigor.
8. Nos termos dos Artigos 161 e 162 da Resolução nº 01/74, deste Conselho, o requerente solicita, ao final do Processo, o reconhecimento do Centro de Ensino "La Salle", apresentando a documentação pertinente.

Cumpre observar, que essa solicitação encontra amparo na Norma do item 4 do Parecer Conjunto nº 35/75—CEDF, pelo que o estabelecimento pode ser considerado como reconhecido, faltando apenas o "ato" formal do Senhor Secretario de Educação.

Considerando-se o exposto nos parágrafos anteriores, os elementos de instrução do presente Processo, o pronunciamento favoravel do DIE/SEC que conclui destacando a idoneidade do trabalho que ali vem realizando os Educadores Lassalistas, "atraves de uma obra de promoção humana, voltada para o menor carente de recursos, funcionando, ininterruptamente, desde 1965", somos de parecer que:

- O Centro de Ensino "La Sallle" (ex-Instituto Agricola "La Salle") é um estabelecimento reconhecido e que pode implantar o Ensino de 1º Grau, com a adoção da proposta curricular apresentada, que passa a integrar este parecer;
- Os atos escolares, praticados pelo estabelecimento sejam validados, até a presente data.

Sala "Helena Reis", Brasilia, 30 de junho de 1976

GILDO WILLADINO
Relator

Aprovado na C.E. e em Plenario em 30.06,76.
CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente

Conselhor de Educação do Distrito Federal. Aprovado em 30/06/76. Homologado em 26/07/76. Publicado no D.F.

Parecer Conclusivo nº 45/76—CEnE/CEDF
Processo nº: 009855/76

Aprova reajuste de anuidades da Escola Santa Rosa de Lima, para 1976.

A Direção da Escola Santa Rosa de Lima apresenta ao Conselho de Educação do Distrito Federal, a proposta de reajuste de anuidades, nos seguintes termos:

1) solicita aprovação de reajuste, conforme quadro abaixo:

CURSOS: Jardim de Infância
REAJUSTE SOLICITADO: 100%
VALOR DA ANUIDADE: Cr$ 2.481,42
CURSOS: 1º Grau - 1ª. a 4ª. série
REAJUSTE SOLICITADO: 100%
VALOR DA ANUIDADE: Cr$ 2.552,98

2) SOLICITA APROVAÇAO DE ANUIDADE NO VALOR DE Cr$ 4.000,00 para a 5ª. série do 1º Grau, em implantação.

Examinando o pedido, a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal levou em consideração o seguinte:

a) aplicada a fórmula A igual (50 x S) dividido por (M menos

m), estabelecida no Artigo 8° da Resolução n° 01/76—CEDF, sendo:

A - anuidade de cada turma ou curso;
50 - coeficiente fixo;
S - Salário médio mensal por turma ou curso;
M - Matrícula física média por turma ou curso;
m - matrícula gratuita média por turma ou curso;
os valores encontrados, são os que seguem:

CURSOS: Jardim de Infância
ANUIDADE PELA FORMULA:
Cr$ 2.131,14
CURSOS: 1° Grau - 1ª. a 4ª. série
ANUIDADE PELA FORMULA:
Cr$ 2.758,91
CURSOS: 1° Grau - 5ª série
ANUIDADE PELA FORMULA:
Cr$ 5.000,00

b) através do ofício, datado de 20/05/76 (fls. 32), a Direção do Estabelecimento solicita que seja levado em consideração o aumento de 62,5" concedido aos professores. Tal solicitação encontra base nos termos dos Artigos 4° (parágrafo 1° e 2°) e 5° da Resolução n° 01/76—CEDF, abaixo transcritos, e os índices apresentados, pelos cálculos feitos, são:

CURSOS: Jardim de Infância
REAJUSTE SALÁRIO PROFESSOR: 62,5%
PERCENTUAL ADICIONAL MAIS 30%, 46,25%
VALOR DA ANUIDADE: Cr$ 1.814,53
CURSOS: 1° Grau - 1ª. a 4ª. série
REAJUSTE SALÁRIO PROFESSOR: 62,5%
PERCENTUAL ADICIONAL MAIS 30%, 46,25%
VALOR DA ANUIDADE: Cr$ 1.866,86.

"Art. 4° - Parágrafo 1° - Ocorrendo a hipótese de, por determinação legal, o reajuste salarial de professores ultrapassar o piso de 30% (trinta por cento), admitir-se-á que os estabelecimentos acresçam às suas anuidades um percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento), da diferença encontrada entre o reajuste salarial concedido e o mencionado piso.
Parágrafo 2° - O acréscimo previsto no parágrafo anterior tomará por base as anuidades aprovadas para 1975".
"Art. 5° - As escolas do Sistema de Ensino do Distrito Federal que, comprovadamente, concederem aumento aos seus professores superior a 30% terão direito ao percentual de aumento previsto no Parágrafo 1° do Artigo 4°, desde que aprovada pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal".
c) A Direção do Estabelecimento solicita (fls. 2) que, após pronunciamento deste Conselho de Educação, o presente processo seja encaminhado ao Conselho Federal de Educação, em grau de recurso.
A Comissão de Encargos Educacionais, considerando:
- o resultado dos estudos feitos;
- os termos da Resolução n° 01/76—CEDF e Parecer n° 33/76—CEDF;
- a autoridade do Conselho de Educação do Distrito Federal, nos termos do Decreto-Lei n° 532 de 16/04/69, para fixação e reajuste de anuidades escolares;
aprovou, por unanimidade, as seguintes anuidades para a Escola Santa Rosa de Lima:
a) para o Jardim de Infância, no valor de Cr$ 1814,53 (hum mil oitocentos e quatorze cruzeiros e cinquenta e três centavos), reajustada em 46,25%, tendo em vista o aumento concedido aos professores;
b) para o 1° Grau, de 1ª a 4ª série, no montante de Cr$ 1866,86 (hum mil oitocentos e sessenta e seis cruzeiros e oitenta e seis centavos), com um reajuste de 46,25%, considerando o aumento de 62,5% concedido aos professores;
c) para a 5ª série do 1° Grau, em implantação o valor de Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros), por estar dentro do limite permitido pela fórmul.a estabelecida no Artigo 8° da Resolução n° 01/76-CEDF.
Brasília, 16 de junho de 1976
Eudaldo Silva Lima - Presidente
Ayrton Pinheiro de Almeida-UNAF
Jesé Durval de Araújo Lima--DIE/SEC
José Teixeira da Costa Nazareth-AEPE/DF
Lorival Vieira Fernandes - SUNAB
Paulo Galante - CNTEEC

Aprovado na CEnE em 16/06/76 e em Plenário em 30/06/76.

CONSELHO DE EDUCAÇAO DO DISTRITO FEDERAL
Anna Bernardes da S. Rocha
Presidente p/Vice-Presidente

Parecer Conclusivo n°. 46/76-CEnE/FEDF
Processo n°. 010541/76

Aprova reajuste de anuidades da Escola Maternal e Jardim de Infância "O Reizinho", para 1976.

A Direção da Escola Maternal e Jardim de Infância "O Reizinho" apresenta ao Conselho de Educação do Distrito Federal, a proposta de reajuste de anuidades, como segue:

1) comunica o reajuste de 30%, conforme demonstrado abaixo e nos termos do Artigo 4°. da Resolução n°. 01/76-CEDF, transcrito:
"O índice de reajustamento para o ensino de 1°. e 2°. Graus, cursos livres (avulsos), de suplência não devera ultrapassar a 30% (trinta por cento) das anuidades aprovadas para 1975".

CURSOS ANUIDADE
Maternal e Jardim de Infância Cr$ 1.444,11

2) solicita aprovação de reajuste adicional, conforme quadro abaixo, nos termos dos Artigos 5°. e 4°. e seus parágrafos da Resolução n°. 01/76-CEDF, a seguir transcritos:

CURSOS: - Maternal e Jardim de Infância
AUMENTO SALÁRIO PROFESSOR: - 40%
PERCENTUAL ADICIONAL mais 30%: - 35%
VALOR DA ANUIDADE: - Cr$ 1.500,00

"Art. 5°. - As escolas do Sistema de Ensino do Distrito Federal que, comprovadamente, concederem aumento aos seus professores superior a 30% terão direito ao percentual de aumento previsto no parágrafo 1°. do Artigo 4°., desde que aprovado pela Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação do Distrito Federal".

"Art. 4°. - Parágrafo 1°. - Correndo a hipotese de, por determinação legal, o reajuste salarial de professores ultrapassar o piso de 30% (trinta por cento), admitir-se-á que os estabelecimentos acresçam às suas anuidades um percentual equivalente a 50% (cinquenta por cento) da diferença encontrada entre o reajuste salarial concedido e o mencionado piso.
Parágrafo 2°. - O acréscimo previsto no parágrafo anterior tomará por base as anuidades aprovadas para 1975".

A Comissão de Encargos Educacionais, considerando:
- o resultado dos estudos feitos;
- que há cobertura legal para o reajuste solicitado;
- a autoridade do Conselho de Educação do Distrito Federal nos termos do Decreto-Lei n°. 532 de 16.04.69, para fixação e reajuste de anuidades escolares;

aprovou, por unanimidade, para a Escola Maternal e Jardim de Infância "O Reizinho", a anuidade no valor de Cr$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros), reajustada em 35%.

Brasília, 16 de junho de 1976
EUDALDO SILVA LIMA - Presidente
AYRTON PINHEIRO DE ALMEIDA - UNAF
JOSÉ DURVAL DE ARAUJO LIMA - DIE/SEC
JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH - AEPE/DF
LOURIVAL VIEIRA FERNANDES - SUNAB
PAULO GALANTE - CNTEEC

Aprovado na CEnE em 16.06.76 e em Plenário em 30.06.76.

CONSELHO DE EDUCAÇAO DO DISTRITO FEDERAL
Anna Bernardes da S. Rocho
Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 5 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias e na qualidade de Presidente da Comissão de Coordenação Geral do IX Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, conforme Instrução de 21 de junho de 1976,

RESOLVE:

1 - Criar um Grupo de Assessoramento da Presidência da Comissão de Coordenação Geral do IX Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, a realizar-se no período de 19 a 25 de julho do corrente ano.
2 — Designar para integrarem o referido Grupo os seguintes servidores: HERMENEGILDO JOSÉ DE MENEZES BASTOS, registro 126/FCDF e JOÃO ANTÔNIO DE LIMA ESTEVES, registro 143/FCDF, ambos ocupantes do Emprego em Comissão, símbolo EC-4, de Assessor do Diretor Executivo da FCDF, para Assessores Especiais: GELMIRIS ALVES CALDEIRA, registro 106/FCDF, Chefe da Seção de Expediente-DE-FCDF, símbolo EC-10, para Assistente; JOSÉ BARBOSA DA SILVA, registro 81/FCDF , símbolo EC-8, para Supervisor de Montagem da Exposição; HUMBERTO LUIZ GUIMARÃES MORAIS registro 178/FCDF, Chefe da Seção de Divulgação, da Divisão de Promoções-DE-FCDF, símbolo EC-9, para Supervisor de Promoções; FRANCISCO CARLOS LANDIM , registro 179/FCDF, Assessor de Administração, EP-13, da TEP/FCDF, para Editor dos Boletins; FERNANDO ADOLFO CARDOSO DE ANDRADE, registro 84/FCDF, Assessor de Aministração, EP-13, da TEP/FCDF, para Supervisor das Sessões e FILOMENA MARIA MOREIRA ROSAL, registro 220/FCDF, Secretário Datilógrafo-DE-FCDF, símbolo EC-10, para Secretária.

Distrito Federal, 5 de julho de 1976

RUY PEREIRA DA SILVA
Diretor Executivo

CONSELHO DELIBERATIVO

294ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DECISÃO: 138/76
PROCESSO N°.: 02818/75—FCDF — Em, 19 de maio de 1976
ASSUNTO: Diretor Executivo - Propõe realização do IX FESTIVAL DE BRASILIA DO CINEMA BRASILEIRO

O CONSELHO DELIBERATIVO, nos termos do parecer do Senhor Conselheiro Relator, Embaixador FRANCISCO DE ASSIS GRIECO

DECIDE:

Por unanimidade,

aprovar o Regulamento do IX FESTIVAL DE BRASILIA DO CINEMA BRASILEIRO, conforme está aos fls. 19 a 25 do processo.

WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO Presidente
JOSÉ PEREIRA LIRA Conselheiro
IVAN LUZ Conselheiro
FRANCISCO DE ASSIS GRIECO Conselheiro
EDSON NERY DA FONSECA Conselheiro
ALOYSIO MAGALHAES Conselheiro
RUY PEREIRA DA SILVA Diretor Executivo

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE PESSOAL

ATOS DO CHEFE

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência de que trata o item 1, letra "c", da Instrução n.° 002/76, de 14/7/76, do Diretor Executivo da FEDF e tendo em vista o que consta no Processo n.° 51550/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar VALDI AZEVEDO COSTA, Servente, inscrição n.° 85.148, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-12, de Chefe de Setor de Audiovisual, do Centro de Ensino de 1.° Grau n.° 05 de Sobradinho, do DE—1.° Grau, da DGP/FEDF,
Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n.° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n.° 51.551/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar VELUZIABENJAMIN CAMPOS SALES, Professora do Ensino de 1.° e 2.° Graus, Classe "C", inscrição n.° 88.691, para responder pela Direção do Centro de Ensino de 1.° Grau, n.° 02 do Guará, do DE-1.° Grau, símbolo EC-06, da DGP/FEDF, no período de 05.07.76 a 30.07.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n°. 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n°. 51.351/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ANA IZABEL MARQUES SOARES, Professora do Ensino de 1°. e 2°. Graus, Classe "C", inscrição n°. 88.377, para responder pela Direção do Centro de Ensino de 1°. Grau n°. 01 de Taguatinga, do DE-1°. Grau, da DGP/FEDF, símbolo EC-06, durante o período de 08/07/76 a 04/08/76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração - Respondendo -

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n°. 002/76, do Diretor Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n°. 51.351/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ALBERTINA DAMASIO DE OLIVEIRA, Professora do Ensino Elementar, nível 13, matrícula 4611, do Quadro Provisório de Pessoal do D.F., para responder pela direção do Complexo Escolar "A" de Taguatinga, da DGP/FEDF, símbolo EC-03, durante o período de 08.07.76 a 04.08.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração - Respondendo -

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência de que trata o item 1, letra "c", da Instrução n°. 002/76, de 14/07/76, do Diretor Executivo da FEDF e tendo em vista o que consta do Processo n°. 51587/76-FEDF,

RESOLVE:

Designar ALCY SALLES, Assessor Auxiliar da Divisão de Ensino, do Departamento de Ensino de 1°. Grau, da DGP/FEDF, para responder pela Direção do Complexo Escolar "A", do Distrito Educacional de Brasília, da DGP/FEDF, no período de 01 a 30.07.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração - Respondendo -

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n.° 002/76, do Diretor Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n.° 51.106/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar MARILDA MARTINS DOLGHI, Professora do Ensino de 1.° e 2.° Graus, Classe "A", inscrição n.° 96.756, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-06, de Diretora do Centro de Ensino de 1.° Grau, n.° 01 de Sobradinho, do DE-1.° Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia, da FEDF.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência de que trata o item 1, letra "c", da Instrução n.° 002/76, de 14/07/76, do Diretor-Executivo da FEDF e tendo em vista o que consta no processo n.° 51.680/76—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar MARIA MIRAMAR RAMOS, Professora do Ensino de 1.° e 2.° Graus, Classe "A", do emprego em comissão, EC-12, de Chefe do Setor de Audiovisual do Ginásio do Cruzeiro, do DE-2.° Grau, da Diretoria-Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 1.°/07/76, em virtude de ter a servidora solicitado rescisão de contrato de trabalho a partir daquela data.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n.° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n.° 51.662/76-FEDF

RESOLVE:

Designar SILVIO DOS SANTOS, professor do Ensino médio, Classe "D", inscrição n.° 85.739, para substituir o Chefe da Seção de Fiscalização de Obras, da Divisão Técnica do Departamento de Arquitetura, Engenharia e Indústria, símbolo EC-07, durante o período de 19/07/76 a 13/08/76.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n° 51.400/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar ADÉLIA AMÉLIA DE AMORIM TEIXEIRA, Professora do Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "A", inscrição n° 96656, para responder pela direção da Escola Rural Incra-6, do DE-1° Grau, da DGP/FEDF, simbolo EC—11, durante o periodo de 12.07.76 a 06.08.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competenci constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n° 51.478/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar AMANDA MARIA CAPUTO FERREIRA, Professora do Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n° 96.509, para responder pela direção do Colegio de Taguatinga Norte, do DE-2° Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da FEDF, simbolo EC-04 durante o periodo de 05/07/76, a 05/08/76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administraço Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n° 51.589/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar ANA ELIZABETH LOFRANO ALVES DOS SANTOS, Professora do Ensino Médio, Classe "D", inscrição n° 82.986, para responder pela Direção do Complexo Escolar "C" de Brasilia, do Distrito Educacional de Brasilia, da DGP/FEDF, simbolo EC—03, durante o periodo de 02.07.76 a 14.07.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n° 51.106/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar MARILIA MARTINS DE RESENDE, Professora do Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n° 86.024, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—06, de Diretora do Ginásio de Sobradinho, do DE—2° Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia, da FEDF.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976
O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n° 51.106/76—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar MARILIA MARTINS DE RESENDE, Professora do Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n° 86.024, do Emprego em Comissão, símbolo EC—06, de Diretora do Centro de Ensino de 1° Grau, n° 01 de Sobradinho, do DE—1° Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia, da FEDF, em virtude de estar sendo designada para exercer outro emprego em comissão.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n° 51.109/76—FEDF,

RESOLVE:

Validar os atos praticados pela servidora LENY DA SILVA FERREIRA, Assistente de Administração, inscrição n° 93.538, durante o periodo de 31/05/76 a 25/06/76, em que esteve respondendo pela Secretaria do Centro de Ensino de 1° Grau n° 07 de Taguatinga, do DE-1°, Grau, da DGP/FEDF, simbolo EC—11.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n° 51.189/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar LEORDINO DA SILVA BARRETO, Servente, inscrição n° 86.603, para exercer o Emprego em Comissão, simbolo EC—11, de Chefe de Setor de Zeladoria do Centro de Linguas, do DE-2° Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da competencia constante do item 1, letra "c" da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n° 51.178/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar LIDIA PIRES FREITAS, Profesora do Ensino Médio , Classe "E", inscrição n° 84.806, para responder pela Coordenação do Complexo Escolar "A" do Distrito Educacional do Nucleo Bandeirante, da DGP/FEDF, simbolo EC—03, no periodo de 01 a 30 de julho de 1976.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76—, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo n° 51.589/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar LIGIA APARECIDA DE MOURA PEREIRA NÓBREGA, Professora do Ensino Médio, Classe "D", inscrição n° 84.808, para responder pela Direção do Complexo Escolar "C" de Brasília, do Distrito Educacional de Brasília, da DGP/FEDF, símbolo EC—03, no período de 15.07 .76 a 31.07.76.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n° 51.107/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar LUIZ FRANCISCO PELLEGRINI, Professor do Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n° 83.858, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC—05, de Chefe da Divisão Industrial, do Departamento de Arquitetura, Engenharia e Indústria, da Diretoria Geral de Administração da Fundação Educacional do Distrito Federal.
Distrito federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competência expedida pela Instrução n° 002, de 14/07/76, item 1, letra "c", e tendo em vista o que consta do processo n° 51.107/76—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar LUIZ FRANCISCO PELLEGRINI, Professor do Ensino de 1° e 2° Graus, Classe "C", inscrição n° 83,858, do Emprego em Comissão, símbolo EC—06, de Assessor da Diretoria Geral de Finanças da FEDF, em virtude de estar sendo designado para exercerr outro emprego em comissão.
Distrito Federal, 21 de julho de 1976
WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução n° 002/76—, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo n° 51.470/76—FEDF,

RESOLVE:

1. dispensar CLAUDIONOR ALVES SOARES, Assistente de Administração inscrição n° 81.438, do emprego em comissão, EC—014, de Secretario Auxiliar do Ginasio do Setor Noroeste, do DE-2° Grau, da Diretoria Geral de Pedagogia da Fundação Educacional do Distrito Federal em virtude de ter esse servidor solicitado rescisão de contrato de trabalho, a contar de 02/07/76;
2. determinar que os efeitos desta Ordem de Serviço retroajam àquela data.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MORA
Diretor Geral de Administração Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia

de que trata o item 1, letra "c", da Instrução nº 002/76, de 14/7/76, do Diretor Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta no Processo nº 51633/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar EDUARDINO ALVES RODRIGUES, Impressor, inscrição nº 96.472, para responder pela Chefia da Seção de Trabalhos Gráficos, da Divisão Industrial, do Departamento de Arquitetura Engenharia e Industria, da DGA/FEDF, simbolo EC—09, no periodo de 12.07.76 a 06.08.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução nº 002/76, do Diretor Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 51.498/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar EZILDA AZEVEDO DANTAS, matricula nº 8685, Diretora do Centro de Ensino nº 02 do Guará, do DE-1º Grau, da DGP/FEDF, para responder pela Coordenação do Complexo Escolar "A", do Distrito Educacional do Guará, simbolo EC—03, da DGP/FEDF, no período de 05.07.76 a 30.07.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia expedida pela Instrução nº 002, de 14 de julho de 1976, item 1, letra "c", e tendo em vista o que consta do processo nº 51.107/76-FEDF,

RESOLVE:

Dispensar FERNANDO MANOEL CARDOSO TORRES, Condutor Técnico, nivel 17—B, matricula nº 9108, do Quadro Provisorio de Pessoal do D.F., do Emprego em Comissão, simbolo EC—05, de Chefe da Divisão Industrial, do Departamento de Arquitetura Engenharia e Industria, da DGA/FEDF, em virtude de estar sendo designado para exercer outro emprego em comissão.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução nº 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o Processo nº 51.107/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar FERNANDO MANOEL CARDOSO TORRES, Condutor Técnico nivel 17—B, matricula 09108, do Quadro Provisorio de Pessoal do D.F., para exercer o Emprego em Comissão, simbolo EC—06, de Assessor da Diretoria Geral de Finanças, da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução nº 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 51.549/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar GERCINA RODRIGUES DUARTE, Professora do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 96.771, para exercer o Emprego em Comissão, Simbolo EC—06, de Diretora do Centro de Ensino de 1º Grau nº 05 de Sobradinho, do DE-1º Grau, da DGP/FEDF.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1. letra "c", da Instrução nº 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 51.549/76—FEDF,

RESOLVE:

Dispensar GERCINA RODRIGUES DUARTE, Professora do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 96.771, do Emprego em Comissão, simbolo EC—10, de Diretora de Escola Classe Rural ou Jardim de Infancia de mais de 18 classes, do DE-1º Grau, da DGP/FEDF, em virtude de estar sendo designada para exercer outro emprego em comissão.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA FEDF, no uso da delegação de competencia constante do item 1, letra "c", da Instrução nº 002/76, do Diretor-Executivo da FEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 51.215/76—FEDF,

RESOLVE:

Designar JACY MARINI GIONGO, Professor do Ensino de 1º e 2º Graus, Classe "C", inscrição nº 86.108, para responder pela Direção do Colegio da Asa Norte, do DE-2º Grau, da DGP/FEDF, simbolo EC—05, no periodo de 01.07.76 a 30.07.76.

Distrito Federal, 21 de julho de 1976

WALTER JOSÉ DE MOURA
Diretor Geral de Administração
Respondendo

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 006 DE 29 DE JULHO DE 1976

O SECRETARIO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Artigo 7º do Decreto nº 3.097, de 22.12.75, e o que consta do Decreto nº 3.320, de 22.07.76.

RESOLVE:

Alterar, na forma dos quadros, I, II, e III, anexos, os valores destacados, para movimentação no 3º trimestre, às Divisões de Cadastro Financeiro e de Programação e Controle, da Secretaria de Administração e à Seção de Orçamento e Finanças, da Divisão de Administração Geral desta Secretaria.

Brasilia,DF, 29 de julho de 1976

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

Secretario de Saúde

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE

ANEXO I A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE SAÚDE
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO - CSP - SEA

PROJETOS E/OU ATIVIDADES	GRUPO DE DESPESA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SES/2.052 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE			
3.1.1.0 - Pessoal			
3.1.1.1 - Pessoal Civil			
01 - Vencimentos e Vantagens Fixas		7.000.000	7.957.045
02 - Despesas Variáveis		57.000	114.550
3.2.3.0 - TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
3.2.3.3 - Salário-Família		425.000	561.200
TOTAL GERAL.....		7.482.000	8.632.795

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE

ANEXO II A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 006

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE SAÚDE
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE - CSM/SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO	ELEMENTO DE DESPESA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SES/2.052 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
3.1.2.0 -	Material de Consumo	40.000	44.941
4.1.3.0 -	Equipamentos e Instalações	90.000	230.231
4.1.4.0 -	Material Permanente	70.000	153.178
	TOTAL GERAL	200.000	428.350

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SAÚDE

ANEXO III A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 006

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA : SECRETARIA DE SAÚDE
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO : SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG - SES

ATIVIDADE E/OU PROJETO	ELEMENTO DE DESPESA	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
SES/2.041 -	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		
4.3.1.1 -	*Amortização da Dívida Pública*		
02 -	Fundada Externa.....	- x -	- x -
SES/2.052 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE		
3.1.3.2 -	Outros Serviços de Terceiros.....	100.000	600.227
3.1.4.0 -	Encargos Diversos.....	38.000	58.000
4.2.3.0 -	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento.....	- x -	50.319
SES/1.063 -	CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO SEDE DO INSTITUTO DE SAÚDE PÚBLICA		
4.1.1.0 -	Obras Públicas.....	3.000.000	5.000.000
FHDF/2.053 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL		
3.2.7.5 -	Diversas Transferências Correntes		
-	Pessoal e Encargos Sociais.....	5.760.000	5.760.000
-	Outros Custeios.....	1.415.000	1.415.000
FHDF/2.054 -	MANUTENÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE ENFERMAGEM DE BRASÍLIA		
3.2.7.5 -	Diversas Transferências Correntes		
-	Pessoal e Encargos Sociais.....	1.803.610	1.803.610
-	Outros Custeios.....	296.000	296.000
FHDF/2.055 -	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MÉDICAS SANITÁRIAS		
3.2.7.5 -	Diversas Transferências Correntes		
-	Pessoal e Encargos Sociais.....	58.054.500	58.054.500
-	Outros Custeios.....	16.587.000	16.587.000
FHDF/1.064 -	REEQUIPAMENTO DA REDE HOSPITALAR		
4.3.4.0 -	Auxílios para Equipamentos e Instalações.....	1.851.200	1.851.200
4.3.5.0 -	Auxílios para Material Permanente.....	624.000	624.000
FHDF/1.108 -	COMBATE AO CÂNCER		
3.2.7.5 -	Diversas Transferências Correntes		
-	Diversas.....	- x -	450.000
4.3.4.0 -	Auxílios para Equipamentos e Instalações.....	- x -	100.000
4.3.5.0 -	Auxílios para Material Permanente.....	- x -	100.000
	TOTAL GERAL.....	89.529.310	92.749.856

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1976

O SECRETARIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº. 3286, de . de julho de 1976 e face ao disposto no Decreto número 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor JUAREZ MORAES, matricula nº. 11.978, para substituir o Chefe da Seção de Coleta e Análise, Simbolo FC-04, da Divisão de Estudos e Desenho do Departamento de Programação e Controle de Obras, durante o periodo de suas férias regulamentares, de 02/08 a 31/08/76.

Brasilia, 29 de julho de 1976

NIZIO JOSÉ DE AZEVEDO
Secretário de Viação e Obras
Respondendo

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL
ATOS DO CHEFE

Atestado n.º: 1668/76—SM
Interessado: LEONIDAS DA COSTA
Mat. 00.024
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento e saúde
Despacho: Concedo no período de 01/06/76 a 17/07/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei n.º 1711/52.

Atestado n.º 1977/76—SM
Interessado: OSVALDO FEREIRA DE SOUZA
Mat. 09.876
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 23/07/76 a 20/10/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei n.º 1711/52.

Atestado n.º 2154/76-SM
Interessado: ROSA MARIA FERNANDES DIAS
Mat. 12.734
Assunto Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 18/07/76 a 16/08/76, nos termos dos artigos 123, 97 e 98 da Lei n.º 1711/52.

Atestado n.º: 2176/76—SM
Interessado: JOÃO MARTINS DIAS DOS SANTOS
Mat. 14.017
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 21/07/76 a 31/07/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 98 da Lei n.º 1711/52.

Atestado n.º 2177/76-SM
Interessado: EVANILDO ALVES DE OLIVEIRA
Mat. 15.099
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 17/06/76 a 31/07/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei n.º 1711/52.

Atestado n.º: 1981/76—SM
Interessado: GENESIO GOMES DE MELO
Mat. 15.271
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 17/07/76 a 20/08/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei n.º 1711/52.

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG—SVO

Atestado nº: 2162/76—SM
Interessado: LUIZ FRANCISCO GOMES
Mat.: 00.295
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 12/07/76 a 31/07/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 98 da Lei nº 1711/52.

Atestado nº: 1896/76—SM
Interessado: APARECIDA AZEVEDO SCANDIUCI
Mat.: 04.692
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/07/76 a 31/07/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.

Atestado nº: 2151/76—SM
Interessado: FAUZE NAGIB SALIB
Mat.: 10.233
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 01/07/76 a 16/07/76, nos termos dos artigos 123, 97 e 98 da Lei nº 1711/52.
Atestado nº: 2118/76—SM
Interessado: APRIGIO MANOEL DOS SANTOS
Mat.: 11.930
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 12/07/76 a 31/07/76, nos termos dos artigos 123, 97 e 98 da Lei nº 1711/52.
Atestado nº: 2139/76—SM
Interessado: JOSÉ MARIA DA SILVA
Mat.: 12.199
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 19/07/76 a 02/08/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 98 da Lei nº 1711/52.

Atestado nº: 1952/76—SM
Interessado: SEBASTIÃO LEITE DA SILVA
Mat.: 14.709
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 21/07/76 a 04/08/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
Atestado nº: 2126/76—SM
Interessado: RUBENS JOSÉ DIAS
Mat.: 14.843
Assunto: Licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 19/07/76 a 31/07/76, nos termos dos artigos 123, 97 e 98 da Lei nº 1711/52.
Atestado nº: 1905/76—SM
Interessado: LEVY ALMEIDA LOPES
Mat.: 15.616
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 16/07/76 a 30/08/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.

Atestado nº: 1955/76—SM
Interessado: JOSÉ COSMO DE OLIVEIRA
Mat.: 15.845
Assunto: Prorrogação de licença para tratamento de saúde
Despacho: Concedo no período de 03/07/76 a 30/09/76, nos termos dos artigos 93, 97 e 99 da Lei nº 1711/52.
AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG—SVO

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Atos do Superintendente

INSTRUÇAO - DE 06 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 12.115/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor CLÓVIS DA CUNHA LELIS, matrícula nº. 52.146, Apontador Fiscal EP - 06, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 12, de Secretário Datilógrafo, da Divisão de Agronomia, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 23.07.76.

Brasília, 06 de julho de 1976

JOAO MANCINI

Diretor Superintendente
Respondendo.

INSTRUÇAO - DE 06 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 12.266/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor RAMIRO DAMASIO BARBOSA, matrícula nº. 54.166, Jardineiro EP - 03, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 09, de Encarregado de Arborização, da Seção de Implantação do Plano Piloto, da Divisão de Implantação, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 30 de julho de 1976.

Brasília, 06 de julho de 1976

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo.

INSTRUÇAO - DE 06 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 12.936/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor JOSIAS GOMES DE SOUZA, matrícula nº. 55.495, Praticante de Administração EP - 06, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 05, de Chefe da Seção de Material de Consumo, da Divisão do Patrimônio, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05.07 a 03.08.76.

Brasília, 06 de julho de 1976

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇAO - DE 06 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 12.937/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor WALTER CARDOSO GONTIJO, matrícula nº. 55.741, Apontador Fiscal EP - 06, para responder

pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 09, de Encarregado de Fiscalização e Depósito, da Seção de Material Permanente, da Divisão do Patrimônio, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05 a 30.07.76.

Brasília, 06 de julho de 1976

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇAO - DE 06 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor JOSÉ MESSIAS DE SOUZA, matrícula nº. 05.895, Praticante de Administração EP - 06, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 06, de Secretário do Superintendente, do Gabinete da Superintendência, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 16 a 30.07.76, comulativamente com as funções que exerce de Auxiliar de Gabinete, do Gabinete da Superintendência.

Brasília, 06 de julho de 1976

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇÃO DE 06 DE JULHO DE 19776

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que llhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora MARIA DALVA CHAVES DE CARVALHO, matrícula nº 42.668, Comissiionada, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC—06, de Secretário do Superintendente do Gabinete da Superintendência, em substituição ao seu titular, durante suas férias regulamentares, no período de 01 a 15.07.76, comulativamente com as funções que exerce de Auxiliar de Relações Públicas, da Assessoria de Relações Públicas, da Superintendência.
Brasilia, 06 de julho de 1976
JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇÃO DE 07 DE JULHO DE 1976
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do proce.so nº. 12.468/76,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor CARLOS AUGUSTO ARAUJO LIMA matrícula nº 52.248, Auxiliar de Administração EP—08, para responder pelo Emprego em Comissão, símbolo EC—07, de Chefe da Seção de Zeladoria, da Divisão de Serviços Geriais, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 19.07. a 13.08.76, cumulativamente com as funções que exerce de Secretário Datilógrafo da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa.
Brasília, 07 de julho de 1976
Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendene

INSTRUÇAO DE 07 DE JULHO DE 1976
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 13.800/76

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor GENESIO SOARES DE ALMEIDA, matrícula nº. 09468, Mecânico de Motor à Combustão EP—07, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC—07, de Chefe da Seção de Regulagem Eletrônica da Divisão de Viaturas, do Departamento de Manutenção, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01. A 30.08.76.
Brasília, 07 de julho de 1976
Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO - DE 07 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 14.222/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor LUIZ FERNANDES DE FARIAS, matrícula nº. 54.012, Auxiliar de Administração EP - 08, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 06, de Secretário Redator da Assessoria de Programação e Controle, da Superintendência, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 12.07 a 06.08.76.

Brasília, 07 de julho de 1976

Engº. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇAO - DE 07 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 14.005/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor JOSÉ SILVESTRE, matrícula nº. 50.240, Auxiliar de Administração EP - 08, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 10, de Encarregado de Ferramentas, da Seção de Serviços Auxiliares, da Divisão de Apoio, do Departamento de Manutenção, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 23.07.76.

Brasília, 07 de julho de 1976

Engº. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇAO - DE 07 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do O.I. nº. 014/76 - CEAC,

RESOLVE:

I — TRANSFERIR, a partir de 07.07.76, o servidor JOSÉ CELSO DE SOUZA, matrícula nº. 51.678, Praticante de Administração EP - 06, da Divisão de Controle do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização, para a Comissão Executiva para Obras por Administração - CEAC.

II - LOTAR, na citada Comissão, a partir da mesma data, o referido servidor, nos termos do Art. 3º. da Resolução número 83/76, combinado com o Organograma e Regimento Interno da CEAC.

Brasília, 07 de julho de 1976

Engº. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Diretor Superintendente.

INSTRUÇAO - DE 08 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 14.386/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora EDNA MARIA RODRIGUES COSTA, matrícula nº. 56.845, Datilógrafa EP - 05, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 07, de Assistente da Unidade de Convênios e Contratos, da Assessoria de Programação e Controle, da Superintendência, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05 a 30.07.76.

Brasília, 08 de julho de 1976

Engº. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇAO - DE 09 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 13.648/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 23.06.76, o servidor CESAR AUGUSTO PORTINHO SERZEDELLO CORREA, matrícula número 11.497, Engenheiro Contratado pela Obra 6.002 - Trevo de Triagem Sul, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC - 04, de Chefe da Seção de Projetos e Cálculos Técnicos, da Divisão de Estudos e Projetos, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização.

Brasília, 09 de julho de 1976

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇAO - DE 09 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 13.473/76,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 13.05.76, o servidor ANTONIO TEIXEIRA DE ARAUJO, matrícula nº. 11.423, Engenheiro EP - 30, da Obra nº. 6.002 - Trevo de Triagem Sul, em virtude do mesmo haver sido designado pela Instrução de 07.06.76, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC - 04, de Chefe da Seção de Conservação, da Divisão de Obras Diretas, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização.

Brasília, 09 de julho de 1976

JOAO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇAO DE 09 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor OSWALDO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 56.611, Motorista EP-07, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-10, de Encarregado do POOL de Transportes do Serviço de Transportes, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 23.07.76.

Brasília, 09 de julho de 1976
JOÃO MANCINI
Diretor Superintendente
Respondendo

INSTRUÇÃO DE 09 DE JULHO DE 1976
O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 13.659/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, o servidor ANTONIO DA ROCHA MARMO DE OLIVEIRA, matrícula nº. 56.598, Arquiteto EP-30, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC—06, de Chefe da Seção de Paisagismo, Orçamentação e Mesologia, da Divisão de Agronomia, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 17.07.76.

Brasília, 09 de julho de 1976
JOÃO MANCINI
Diretor Superintendente
-Respondendo-

INSTRUÇAO DE 09 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 14.454/76,

RESOLVE:

I - DESIGNAR, a partir de 01.07.76, o servidor ANTONIO HENRIQUE ALMEIDA DE GUSMAO LOBO, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC—09, de Auxiliar de Gabinete, da Unidade do Gabinete, da Secretaria Geral, do Gabinete da Superintendência, conforme autorização do Excelentissimo Senhor Governador, no O.I. nº. 880/76- GS, de 01.07.76.

II - ATRIBUIR, a partir da mesma data, ao referido servidor, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 494,00(quatrocentos e noventa e quatro cruzeiros).

Brasília, 09 de julho de 1976
JOÃO MANCINI
Diretor Superintendente
-Respondendo-

INSTRUÇAO - DE 13 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº. 13.605/76,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor PEDRO ALCANTRA COSTA DA SILVA, matrícula nº. 56.595, Mensageiro EP - 01, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 07, de Chefe da Seção de Arquivos, da Divisão Técnica, da Diretoria de Edificações, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05 a 30.07.76, cumulativamente com as funções que exerce de Encarregado da Divisão Técnica, da Diretoria de Edificações.

Brasília, 13 de julho de 1976

Engº. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente.

INSTRUÇAO DE 13 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 13.438/76,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ANA ABREU DIAS, matrícula nº 56.300, Praticante de Administração EP—06, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC—12, de Secretário Datilógrafo, da Divisão de Águas Pluviais, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanizaação.
Brasilia, 13 de julho de 1976
Engº JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 13 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art°. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo n°. 11.620/76,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 01.06.76, o servidor OSWALDO HENRIQUE SARDENBERG DE ALMEIDA, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC—06, de Assistente Administrativo, da Divisão de Controle, daa Diretoria de Edificações, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Governador, no O.I, n° 920/76—GS, de 07 de julho de 1976,
Brasília, 13 de julho de 1976
Eng°. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 15 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADDORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora MARIA DO CARMO AQUINO SALDANHA, matrícula n° 42.748, Comissionada, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC—003, de Secretário da Unidade do Gabinete da Secretaria Geral do Gabinete da Superintendência, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 30 de julho de 1976, cumulativamente com as funções que exerce de secretário Redator, da Unidade do Gabinete, da Secretaria Geral, do Gabinete da Superintendência.
Brasilia, 15 de julho de 1976
Eng° JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente

INSTRUÇAO - DE 19 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo n°. 13.353/76,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor SEBASTIAO INACIO DE JESUS, matrícula n°. 54.278, Guarda Fitossanitário EP - 05, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 09, de Chefe da Seção de Defesa Fitossanitária, da Divisão de Conservação, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 30.07.76.

Brasília, 19 de julho de 1976

Eng°. JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Diretor Superintendente.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° 129 DE 20 DE JULHO DE 1976

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere item XVII, do artigo 44, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 3.078, de 03 de dezembro de1975, tendo em vista o constante do processo n° 01926/76 - DER-DF.

R E S O L V E:

Rescindir, a pedido, com dispensa de Aviso Prévio, o contrato de trabalho com o empregado JOSÉ REINALDO DA SILVA LEAL, Guarda, Fívei EP-03, matrícula n° 92.585, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER-DF, a partir de 15 de julho de 1976.

Brasília, 20 de julho de 1976

Eng° NID DUTRA D' AMORIM — DIRETOR GERAL DO DER—DF

JUNTA DE CONTROLE DO DER-DF

ATA DA 817ª REUNIÃO DA JUNTA DE CONTROLE DO DER—DF

Aos vinte dias do mes de julho de mil novecentos e setenta e seis, na sala de reuniões, na sede do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, às quinze horas realizou-se a 817ª reunião da Junta de Controle do DER-DF, sob a presidencia do Sr. Diogo Rodrigues Borges e com a presença dos Srs. Membros José Welington do Amaral Brito e Jarbas Barreira Parente. Aberta a reunião o Sr. Presidente determinou que se procedesse à leitura da Ata da reunião anterior que, posta em discussão, foi aprovada. A seguir, depois de ter apreciado, examinados e conferidos os balancetes relativos ao mes de junho p. passado, foram eles considerados certos e em condições de serem aprovados pelos órgãos competentes. Em seguida, a Junta tomou conhecimento do Decreto n° 3.310, de 15 de julho de 1976. "Aplica-se aos membros da Junta de Controle do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, na qualidade de orgão de deliberação coletiva, no que couber, para efeito de pagamento da Gratificação de presença às sessões, o que dispõe o Decreto n° 1.932, de 02 de janeiro de 1972". Prosseguindo, foram apresentados para exames os seguintes processos: 03.165/75, 03.166/75, 03.319/75, 03.476/75, 00.667/76, 00.701/76, 00.781/76, 00.798/76, 00.821/76, 00.922/76, 01.074/76, 01.218/76, 01.226/76, 01.277/76, 01.369/76, 01.409/76, 01.422/76, 01.423/76, 01.469/76; os quais depois de examinados, conferidos e considerados certos, tiveram encaminhamentos de rotina. As dezessete horas, nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, eu, Niuzete Barros de Aquino, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata que lida e aporvada vai assinada pelo Sr. Presidente, por mim que a secretariei e pelos Srs. Membros presentes.

Presidente Suplente: Diogo Rodrigues Borges. Secretaria "ad hoc": Niuzete Barros de Aquino. Membros: José Welington do A. Brito. Jarbas Barreira Parente.

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.- SHIS CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL — SHIS

A matéria publicada no "DIARIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL" n°. 33, de 02.08.76, páginas 06 a 11, é referente à Sociedade de Habitações de Interesse Social - SHIS).

RESOLUÇAO N° 400/76—C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.
RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores ANTONIO PEREIRA DA SILVA — Processo n° 056.634/76, ROBERTO BORGES DE FREITAS — Processo n° 056.647/76, SAMUEL LUCIO DE BRITO - Processo n° 056.633/76, EMILIA ALVES VILAS BOAS — Processo n° 056.621/76 e MARIA CARDOSO DOS SANTOS — Processo n° 056.703/76, todos na condição de inscritos e classificados nesta Sociedade, sendo que deverão aguardar posteriores convocações".
Brasília, 09 de julho de 1.976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 401/76——C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSS3 SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, po.' unanimidade, as solicitações dos Senhores WILLIAM CAMPOS - Processo n°. 056.645/76— e JOAQUIM SEVERO DE AZEVEDO — Processo n° 056.725/76, ambos inscritos, comunicando que deverão aguardar próximas publicações desta Sociedade, tendo em vista ainda não terem sido computadas as respectivas inscrições".
Brasília, 09 de julho de 1.976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇÃO N° 402/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir, por unanimidade, a solicitação da Senhora ROSANA MARTINS DE CASTRO CHAIS — Processo n° 056.624/76, relativa à aquisição de apartamento desta Sociedade na Asa Sul do Plano Piloto ou Guará, considerando:
a) - não dispor a Empresa de apartamentos na Asa Sul;
b) - que tanto os apartamentos localizados na Asa Norte e Guará, foram construídos com recursos próprios da SHIS e são destinados a funcionários do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal;
c) - que os apartamentos construídos foram todos distribuídos;
e, finalmente,
d) - não possuir o Conselho de Administração, por convenção, quota de apartamentos".

Brasília, 09 de julho de 1976
MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente
DILSON CARLOS REHEM
Membro
RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro
DEMÓCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro
JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro-Relator
EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro

RESOLUÇAO N° 426/76—C.A.

Dispõe sobre solicitação de unidade habitacional desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA- SHIS, de acordo com a competencia que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DÉCIMA—TERCEIRA, Capitulo III, Titulo III, do contrato Social da Sociedade;

RESOLVE:

"Indeferir por unanimidade, a solicitação do Senhor Oberdan Rosa Pereira- Processo n° 056.969/76, observando que o postulante deverá aguardar convocações de acordo com os criterios em vigor na Empresa, vez que se encontra regularmente classificado".

Brasilia, 16 de julho de 1976

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM
Membro

DEMOCRITO SOARES DE OLIVEIRA
Membro

RUBEM FURTADO GUEIROS
Membro

JOSÉ SOARES DE OLIVEIRA FILHO
Membro

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Membro-Relator

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PORTARIA PRG N.° 043/76, DE 29 DE JULHO DE 1976

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 29, inciso XV, do Regimento da procuradoria Geral, aprovado pelo Decreto n.° 2.877, de 04/04/76, combinado com o artigo 16 do Decreto n.° 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Prorrogar para o dia 09/08/76 o período constante da PORTARIA PRG N.° 038/76, de 08 de julho de 1976, que designou o Dr. LUIZ CARLOS BOAVENTURA NEVES, para substituir o 2.° Subprocurador Geral do Distrito Federal.
Brasília, 29 de julho de 1976

ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

DESPACHOS

PROCESSO N°.: 35.028/73
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA

RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 5.953, 90 (cinco mil, novecentos e cinquenta e três cruze.. e noventa centavos), a favor da Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA, referente as faturas números 73040651 e 73040456, constante deste processo.

Brasília, 26 de março de 1976
PEDRO JOSÉ XAVIER MATTOSO
Procurador Geral

PROCESSO N°.: 22.852/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 3.512,77 (três mil quinhentos e doze cruzeiros e setenta e sete centavos), referente a fatura n°. 74070386, de 19.08.74, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 32.382/75
INTERESSADO: Editora do Planalto - Comércio e Indústria Ltda.

Tendo em vista as informações prestada pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 680,00 (seiscentos e oitenta cruzeiros), a favor da Editora do Planalto - Comércio e Indústria Ltda, referente a fatura n°. 773/75, de 31.10.75, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 25.509/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S.A. - TELEBRASILIA

Face as informações prestada pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 2.093,88 (dois mil, noventa e três cruzeiros e oitenta e oito centavos), referente parcela da fatura n°. 74080385, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 29.025/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A - TELEBRASILIA

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 2.726,87 (dois mil, setecentos e vinte e seis cruzeiros e oitenta e sete centavos), a favor da Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA, referente a fatura número 74100412/7, de 10 de novembro de 1974, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 38.028/73
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA

Tendo em vista as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°., do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 2.660,19 (dois mil, seiscentos e sessenta cruzeiros e dezenove centavos), referente as faturas números 73080494 e 730080705, de 26.09.73, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

Processo n° 21.987/73
Interessado: Telecomunicações de Brasilia S/A- Telebrasilia

Tendo em vista as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG—PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III do artigo 1°, do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a divida no valor de Cr$5.090,68/ (Cinco mil noventa cruzeiros e sessenta oito centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A-Telebrasilia S/A, referente as faturas numeros 73010661, 73010462 e 73010463, constante deste processo.

ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/ em exercicio

Processo n° 050.0759/73
Interessado: Telecomunicações de Brasilia S/A-Telebrasilia

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG—PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1° do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a divida no valor de Cr$1.961,91 (hum mil novecentos e sessenta e um cruzeiros e noventa e um centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A- Telebrasilia, referente as faturas numeros 73001746 e 73001736/72, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976

ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/ em exercicio

Processo n° 19.389/72
Interessado: Telecomunicações de Brasilia S/A- Telebrasilia

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG—PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1° do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a divida no valor de Cr$1.884,52 (hum mil, oitocentos e oitenta e quatro cruzeiros e cinquenta e dois centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A- Telebrasilia, referente as faturas numeros 72070507 e 72070508, de 28-08-72, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976

ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/ em exercicio

Processo n°: 35.029/73
Interessado: Telecomunicações de Brasilia S/A - Telebresilia

Tendo em vista es informações prestadas peta Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°, do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a dívida no valor de Cr$ 2.806,99 (Dois mil, oitocentos e seis cruzeiros e noventa e nove centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A - Telebrasilia, referente as faturas números 73050466 e 73050663, constante deste processo.
Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercício

Processo n°: 35.030/73
Interessado: Telecomunicações de Brasilia S/A - Telebresilia

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°, do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a dívida no valor de Cr$ 273,16 (Duzentos e setenta e três cruzeiros e dezesseis centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A - Telebrasilia, referente parcela das faturas números 73030642 e 73030447, constante deste deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercício

Processo n°: 35.045/73
Interessado: Telecomunicações de Brasilia S/A - Telebrasilia

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1° do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a dívida no valor de Cr$ 3.054,02 (Três mil, cinquenta e quatro cruzeiros e dois centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A - Telebrasilia, referente as faturas números 73060465 e 73060669, de 23-07-73, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercício

Processo n°: 34.546/75
Interessado: S/A Correio Braziliense

Tendo em vista as informações prestadas pela seção de Orçamento e Finanças da DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°, do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a dívida no valor de Cr$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta cruzeiros), em favor da S/A Correio Braziliense, referente a fatura número 12-75/628 de 15-12-75, constante deste processo.
Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercício

Processo n°: 44.533/73
Interessado: Musitel Música Ambiente Ltda

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°, do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a dívida no valor de Cr$ 1.340,00 (Hum mil e trezentos e quaerenta cruzeiros), a fatura da Musitel Música Ambiente Ltda, referente as faturas números 11 e 12/73, de 30-11-73, constante deste processo.
Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercício

Processo n°: 32.381/75
Interessado: Editora do Planalto- Comércio e Indústria Ltda

Tendo em vista as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1° do Decreto n° 62.115, de 15-01-68, a dívida no valor de Cr$ 960,00 (novecentos e sessenta cruzeiros), a favor da Editora do Planalto - Comércio e Indústria Ltda, referente a fatura n° 778/75,de31-10-75, constante deste processo.
Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral em exercício

PROCESSO N°.: 00.952/75
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA

Face às informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 5.203,27 (cinco mil, duzentos e três cruzeiros e vinte e sete centavos), a favor da Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA, referente à fatura n°. 74120414/2, de 08.01.75, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 14.824/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasilia S/A-TELEBRASILIA

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 5.678,51 (cinco mil, seiscentos e setenta e oito cruzeiros e cinquenta e um centavos), a favor da Telecomunicações de Brasília S/A - TELEBRASILÍA, referente à fatura número 74010568, de 28.02.74, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 15.748/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasilia S/A-TELEBRASILIA

Face às informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 3.080,98 (três mil, oitenta cruzeiros e noventa e oito centavos), a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A-TELEBRASILIA, referente à fatura n°. 74030564, de 28.04.74, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 41.591/73
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA

Tendo em vista as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 2.987,13 (Dois mil, novecentos e oitenta e sete cruzeiros e treze centavos,) a favor da Telecomunicações de Brasilia S/A-TELEBRASILIA, referente as faturas números 73090504 e 73090721, de 24..0.73, constante deste processo.

Brasília, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 27.485/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 2.814,88 (dois mil, oitocentos e quatorze cruzeiros e oitenta e oito centavos), a favor da Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA, referente a fatura n°. 74090386, de 22.10.74, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

PROCESSO N°.: 13.908/74
INTERESSADO: Telecomunicações de Brasilia S/A-TELEBRASILIA

Face as informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças DAG-PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1°. do Decreto n°. 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 3.347,48 (três mil, trezentos e quarenta e sete cruzeiros e quarenta e oito centavos), a favor da Telecomunicações de Brasília S/A-TELEBRASILIA, referente a fatura n°. 74020560, de 20.03.74, constante deste processo.

Brasilia, 26 de julho de 1976
ROBERTO PIRES BARBOSA
Procurador Geral/em exercício

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no C.G.C. (M.F.) sob o nº. 00054015/0001, doravante designada FUNDAÇÃO, com sede em Brasília-DF, no SMHS, Edifício Sarah Kubitschek, 8º. andar neste ato representada por seu Diretor Presidente, Dr. PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS, brasileiro, casado, médico, e a firma CIVILPLAN - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., doravante designada CONTRATADA, estabelecida nesta Capital, à CS 01, Bloco G, Edifício Baracat, sala 1606, inscrita no C.G.C. (M.F.) sob o nº. 00.116.517/0001, neste ato representada por seu sócio HAMILTON CARRAMASCHI, brasileiro, casado, arquiteto, C.P.F. nº. 003899511-53, residente e domiciliado nesta Capital, tendo em vista o que consta do Processo nº. 2996/76-FHDF, têm entre sí, justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: -A CONTRATADA se obriga a prestar serviços de reparos e pintura geral no Hospital Rural de Brazlândia, nos termos da Licitação nº. 006/76 - Convite - e de sua proposta constante do Processo nº. 2996/76-FHDF, as quais, desde logo, passam a fazer parte integrante do presente contrato para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA: - Os serviços a serem efetuados pela CONTRATADA, compreendem: conserto de fissuras, com retorques de massa de junta e lixamento em algumas paredes; pintura em PVA latex lavável nas paredes internas; proteção plástica das paredes internas; pintura e proteção plástica de esquadrias de madeira e esquedrias de ferro; pintura das paredes externas e combogó; limpeza geral do excesso de pintura em pisos e vidros e outros, e deverão ser executados no prazo de 30 dias a contar da assinatura deste.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: - A CONTRATADA se obriga a dar duas demãos de protetor plástico nas paredes internas, externas e esquadrias de madeira.
CLÁUSULA TERCEIRA: - A CONTRATADA se compromete a efetuar os serviços dentro das melhores condições de higiene e segurança e a empregar materiais e mão-de-obra de primeira qualidade.

CLÁUSULA QUARTA: - A FUNDAÇÃO fiscalizará a execução dos serviços, impugnando materiais ou serviços julgados defeituosos ou que estejam em desacordo com suas exigências.

CLÁUSULA QUINTA: - Pelos serviços ajustados neste contrato, a FUNDAÇÃO pagará à CONTRATADA a importância total de Cr$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta cruzeiros), nela incluídas todas e quaisquer despesas e encargos referentes a material, mão de obra, encargos trabalhistas fiscais e sociais, ferramentas, equipamentos, transporte e B.D.I., assim discriminada:
- Conserto de fissuras, com retoques de massa de junta e lixamento em algumas paredes Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)
- Pintura em PVA latex lavável nas paredes internas (6.300,00m2) Cr$ 63.000,00 (sessenta e três mil cruzeiros)
- Proteção plástica das paredes internas já pintadas (6.300,00m2) Cr$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos cruzeiros)
- Pintura e proteção plástica das esquadrias de madeira (570,00m2) Cr$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos cruzeiros).
- Esquadrias de ferro (875,00m2) Cr$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos cruzeiros).
- Pintura das paredes externas (3.400,00m2) e combogó Cr$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros)
- Limpeza geral do excesso de pintura em pisos, vidros e outros Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)
- B.D.I. - (10%) Cr$ 22.350,00 (vinte e dois mil trezentos e cinquenta cruzeiros).

CLÁUSULA SEXTA: - O pagamento estabelecido na cláusula anterior será efetuado após a execução dos serviços mediante apresentação de fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA: - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:
103 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA REDE HOSPITALAR
4.1.1.0 - Obras Públicas
06 - Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação.
CLÁUSULA OITAVA: - O presente contrato terá vigência de (30) dias, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: - A inadimplência por parte da CONTRATADA de qualquer cláusula deste contrato, será punida na forma do disposto no Art. 56 e seguintes do Decreto 1703. de 31 de maio de 1971.
CLÁUSULA DÉCIMA: —Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela FUNDAÇÃO ou bilateralmente pelas partes contratantes.

PARÁGRAFO UNICO: - A critério da FUNDAÇÃO caberá a rescisão do contrato independentemente de interpelação judicial se:
a) a CONTRATADA transferir no todo ou em parte quaisquer obrigações deste contrato a terceiros sem prévia anuência da FUNDAÇÃO;
b) haver reincidência na transgressão deste contrato em qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir as dúvidas oriundas da execução deste, com expressa exclusao de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente FUNDAÇÃO e CONTRATADA,em 4 (quatro) vias de igual teor e valia para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 07 de junho de 1976
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL - CIVILPLAN-CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. - TESTEMUNHAS: Leopoldina Luzia Carneiro e Maria Salete Lira Teixeira.

TERMO DE TRANSAÇÃO

Aos 20 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 29.027/75, e, do outro, o Senhor JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA, brasileiro, casado, funcionário público, portador do CIC nº 21834697/20, residente e domiciliado à Q. 36-B Casa 9 - Cruzeiro-Velho, nesta Capital, resolvem firmar o presente TERMO DE TRANSAÇÃO, tendo por objeto resolver em termos definitivos quaisquer pendências em relação ao acidente de tráfego do qual resultou a abalroação de um poste de iluminação pública instalado no Eixo Monumental, próximo ao Tribunal de Justiça, ocorrido no dia 25 de junho de 1976, de acordo com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O Senhor JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA aceita os termos desta Transação em todo o seu conteúdo, comprometendo-se a: I) não pleitear em Juízo quaisquer direitos referentes ao que foi objeto do presente Termo; II) aceitar o valor da indenização proposta pelo DISTRITO FEDERAL, no valor de Cr$ -6.071,43 (seis mil, setenta e hum crúzeiros e quarenta e três centavos), já acrescida dos juros legais e a ressarcí-la integralmente. PARÁGRAFO ÚNICO - A importância mencionada nesta cláusula será paga ao DISTRITO FEDERAL, pelo Senhor JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA, em 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, representadas por 10 (dez) Notas Promissórias, sendo a primeira no valor de Cr$ 607,17 (seiscentos e sete cruzeiros e dezes sete centavos) e as 9 (nove) demais no valor de Cr$ 607,14 (seiscentos e sete cruzeiros e catorze centavos) cada, vencendo a primeira no dia 30 de agosto de 1976 e a última no dia 30 de maio de 1977. CLÁUSULA SEGUNDA - O DISTRITO FEDERAL, aceita a presente composição em todos os seus termos e cláusulas, comprometendo-se a abrir mão de qualquer medida ou promoção no judiciário, em relação ao fato que deu origem a presente Transação. CLÁUSULA TERCEIRA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal que decorrerem do presente Termo serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA QUARTA - O Senhor JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA, após total cumprimento das obrigações ora assumidas se compromete a retirar o aparelho abalroado do depósito da Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, no prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, fica a CEB autorizada a doar o material a instituição de caridade de sua livre escolha. CLÁUSULA QUINTA - Correrão por conta do Senhor JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA, as despesas decorrentes da publicação do presente Termo no Diário Oficial do Distrito Federal. CLÁUSULA SEXTA - Fica eleito o foro de Brasília do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL, (as.): JOSÉ GERALDO MACIEL; Pela PARTE, (as.): JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA. Testemunhas; (as) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e BENILDE CARDOZO ROSA. EM TEMPO: No preâmbulo onde se lê: JOSÉ ALTOMAR FARIAS LIMA. LEIA-SE: VOLINE DA ~~SILVA~~, brasileiro, casado, gráfico.

CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia confere com o original e foi extraida do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls. 332/33 da 1a. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal.

BRASÍLIA, 29 / 7 / 1976

MARCUS ANTONIO BARBOSA
Seção de Registro de Contratos e Convênios
DAA/1ª SUBG Chefe

(G.R.Nº092199 - Cr$ 264,00)

TERMO DE PERMISSÃO DE UTILIZAÇÃO,A TÍTULO PRECÁRIO, DE IMÓVEL SITUADO NA AV. W/3,QUADRA 504-AB, SETOR SUL,DESTINADO À INSTALAÇÃO DE ENGRAXATARIA E SAPATARIA, NA FORMA ABAIXO.

Aos 19 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e seis (1976), no Gabinete do Secretário de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro,casado Engenheiro, residente e domiciliado nesta capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência, expressamente exarada no Processo nº 23.826/75, e, do outro lado, o Senhor ALCIDES PEREIRA DE BRITO, brasileiro, casado, Engraxate-Sapateiro, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominado simplesmente PERMISSIONÁRIO, resolvem firmar o presente instrumento com fulcro no artigo 24, da Lei nº 4 545, de 10 de dezembro de 1964 mediante as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA - O DISTRITO FEDERAL, permite a utilização pelo PERMISSIONÁRIO, do imóvel destinado a exploração de ramo de Engraxataria-Sapataria e oficina de conserto de calçados, situado na Av.W/3,Quadra 504/AB,Setor Sul. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Correrão por conta do PERMISSIONÁRIO os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. PARÁGRAFO SEGUNDO - O PERMISSIONÁRIO submeterá ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos para sua aprovação, os consertos a serem efetuados, devendo sempre neles ser empregado material idêntico, ou a sua falta comprovada, similar de boa qualidade até então existente no objeto consertado ou substituído. PARÁGRAFO TERCEIRO - Quaisquer benfeitorias, úteis ou necessárias, aderem de imediato ao imóvel, não assistindo ao PERMISSIONÁRIO quaisquer direitos, quer de retenção, quer de indenização, seja a que título for. CLÁUSULA SEGUNDA - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados,as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição. CLÁUSULA TERCEIRA - As infrações aos preceitos do Regulamento para ocupação e exploração de bancas de Jornais e Revistas e áreas cobertas anexas, serão punidas nos termos da regulamentação vigente, a qual passa a integrar este instrumento independentemente de transcrição. CLÁUSULA QUARTA - São de inteira responsabilidade do PERMISSIONÁRIO as despesas com energia elétrica, água, telefone e demais taxas que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, bem como ficarão a seu cargo o asseio e a conservação do próprio descrito na cláusula Primeira deste instrumento. CLÁUSULA QUINTA - O PERMISSIONÁRIO pagará ao DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco cruzeiros), até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido, no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL ou no estabelecimento bancário por ele designado. CLÁUSULA SEXTA - O PERMISSIONÁRIO recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco cruzeiros). CLÁUSULA SÉTIMA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no artigo 5º, da Lei nº 4 380, de 21 de agosto de 1964, e obedecidos os coeficientes de correção monetária estabelecido pela Secretaria-Geral de Planejamento da Presidência da República. CLÁUSULA OITAVA - O PERMISSIONÁRIO será responsável por quaisquer danos ou risco que por ventura venham a ocorrer nas instalações ou dependências do imóvel. CLÁUSULA NONA - O PERMISSIONÁRIO declara haver recebido o imóvel em perfeito estado de conservação e se compromete a assim mantê-lo e devolvê-lo na ocorrência das seguintes hipóteses: a) rescisão; b) término; c) cassação da permissão. CLÁUSULA DÉCIMA - O imóvel mencionado na Cláusula Primeira nao poderá ser cedido, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24(vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua publicação, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa)dias de seu término. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, à expensas do PERMISSIONÁRIO. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ralativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em Livro próprio da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7(sete) vias datilógrafadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. Pelo DISTRITO FEDERAL,(as) JOSÉ GERALDO MACIEL; Pelo PERMISSIONÁRIO,(as.): ALCIDES PEREIRA DE BRITO. Testemunhas: (as.) VALDEMIR DE TORRES MAGALHÃES e BENILDE CARDOZO ROSA.

vtm.-

V I S T O:

Em, 21 de julho de 1976

Emmanuel J. Mânaes Pires
1º Subprocurador - Geral do Distrito Federal

CERTIDÃO

Certifico que o presente cópia confere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios N.º 24 fls 328/29 da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal.

BRASILIA 20 / 7 / 1976

(GR Nº092144- @ 225,00)
MARCOS ANTONIO BARBOSA
Secção de Registro de Contratos e Convênios
Chefe

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

S.V.O. - NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 086/76 - CPL PARA ELABORAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DO PROJETO E EXECUÇÃO DA REFORMA DO "HALL" DE ENTRADA DO EDIFICIO SEDE DA NOVACAP, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

RETIFICAÇÃO

CAPITULO III - DA PROPOSTA
Acrescente- se o ítem 3.2 com a seguinte redação:
3.2 - Anexo à proposta deverá ser apresentado anteprojeto da obra a ser realizada.

CAPITULO VI - DO JULGAMENTO
6.1 - Onde se lê: projeto, leia - se: anteprojeto.

OBS: Tendo em vista a presente alteração, fica a mesma remarcada para as 15:00 horas do dia 16 de agosto de 1976, mantendo- se as demais condições do Edital.

Brasilia, 28 de julho de 1976

ENGº. VICENTE DE PAULA AZEVEDO SILVA

Presidente da CPL

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
18ª. DELEGACIA POLICIAL-BRAZLANDIA-DF

EDITAL DE CITAÇÃO

O doutor JOÃO GUTEMBERG DE OLIVEIRA- Delegado Chefe da Décima Oitava Delegacia Policial, sediada na cidade satélite de Brazlândia-Distrito Federal pelo presente FAZ SABER à SEVERINO JOSÉ LOPES, de qualificação, e residência ignoradas, e que se encontra em lugar incerto e não sabido, de que deverá comparecer a esta Delegacia, acompanhado de seu defensor(Advogado), no primeiro dia útil após o decurso de 05 (cinco) dias da publicação do presente edital, a fim de ser qualificado, identificado e assistir à inquirição das testemunhas e vítima do processo nº 25/76, instaurado contra sua pessoa, acusado de haver infrigido o disposto no artigo 129, parágrafo 6º do Codigo Penal Brasileiro, citando- o a responder até final julgamento. nos termos do processo em causa, sob pena de revelia. Eu, Geraldo de Assis Alves, escrivão que o datilografei e subscrevo a vinte e seis dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e seis.

Bel. João Gutemberg de Oliveira,

Delegado Chefe da 18ª. D.P.

Geraldo de Assis Alves,

Escrivão de Polícia.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA - TERRACAP
AVISO Nº. 14/76

VENDA DE IMOVEIS EXCLUIDOS DO REGIME DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASILIA - TERRACAP— - nos termos do Artigo 11 da Resolução nº. 06/73 - CA ("DISTRITO FEDERAL" nº. 164, de 28.10.73), leva ao conhecimento dos interessados que a Diretoria Colegiada da Empresa, em reunião designada para 17.08.76, examinará e decidirá sobre propostas de compra independentemente de licitação, dos imóveis abaixo discriminados:

IMOVEIS	PROCESSO	INTERESSADO
Blocos D, E e F - EQ - 2/4 e 4/6 - Setor "M" - Norte - CS/TAGUATINGA.	02.095/73	SHIS - SOCIEDADE DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.
Lotes nº.s 575 e 417 - Quadra 04 - Setor de Indústrias Gráficas - PLANO PILOTO.	03.516/76	FUNDAÇÃO VISCONDE DE CABO FRIO.
Area Especial nº. 14 - Setor "C" Norte - CS/TAGUATINGA.	04.196/73	MISSÃO BRASILEIRA DA IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS.
Lote nº. 69 - Quadra - 901 - Setor de Grandes Areas Sul - PLANO PILOTO.	04.221/76	COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS - COBAL.
Lotes 11, 12, 13 e 14 - Area Especial nº. 11 - CS/SOBRADINHO.	05.520/76	CENTRALBRAS - CENTRAIS BRASILEIRAS DE CONCRETO LTDA.
Lotes 1 e 2 - Area Especial p/Indústria nº. 2 - CS/SOBRADINHO	05.574/76	POLIENGE S/A - SANEAMENTO E CONSTRUÇAO.
Lotes nº.s 56, 58 e 60 - Quadra 08 - Setor Industrial - CS/TAGUATINGA.	07.105/74	IRMAOS YAMAGUCHI LTDA.
Area Especial nº. 01 - QNM - 42 - CS/TAGUATINGA - CEILANDIA.	07.993/75	CABANA DE PRETO VELHO - CAPREVE.
Lote nº. 01 - Quadra - 1.109 - SHCE/SUL - PLANO PILOTO.	11.320/75	TEMPLO INICIATICO DO ESTUDO DE UMBANDA ASTRAL DO BRASIL.
Lotes 62 e 64 - Quadra 08 - Setor Industrial - CS/TAGUATINGA.	12.967/74	METALURGICA E SERRALHERIA ESTRELA DO PLANALTO LTDA.

Torna público, ainda, que qualquer manifestação de terceiros deverá ser apresentada até o dia 10.08.76.

Brasília, 28 de julho de 1.976

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

PREÇO DESTE EXEMPLAR - Cr$ 3,00